

SAMARCO 

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DE ACORDO COM AS PRÁTICAS CONTÁBEIS
ADOTADAS NO BRASIL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



Juntamente com a liberação das demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas da Samarco Mineração S.A. ("Samarco" a "Companhia" "nós" e "nosso") para o exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da empresa apresenta mais informações e esclarecimentos adicionais.

Após o rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015, as operações da Samarco foram paralisadas. Desde então, a empresa tem trabalhado para aliviar os impactos nas comunidades afetadas e remediar os danos ambientais causados à Bacia do Rio Doce e às áreas próximas.

Os esforços para remediação e compensação foram assumidos pela Fundação Renova ("Fundação"), instituição privada, autônoma e independente que iniciou suas atividades em agosto de 2016, como parte do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) assinado em março de 2016 entre a Samarco, suas acionistas, Vale S.A. ("Vale") e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton Brasil"), o Governo Federal, os governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, e outros órgãos governamentais. O TTAC estabeleceu 42 programas socioambientais e socioeconômicos a serem executados pela Fundação Renova, com a supervisão das agências regulatórias e autoridades agrupadas por meio de um Comitê Interfederativo. Nos termos do TTAC, a Samarco é responsável por financiar a Fundação pela duração do referido acordo.

Em 25 de junho de 2018, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, os Ministérios Públicos (Federal, do Espírito Santo e de Minas Gerais), as Defensorias Públicas (da União, do Espírito Santo e de Minas Gerais) e as Advocacias Públicas (da União, do Espírito Santo e de Minas Gerais), e outros órgãos governamentais, firmaram o Termo de Ajustamento de Conduta Governança (TAC GOV). Entre outras providências, o TAC GOV: (i) aprimora a participação das pessoas atingidas no processo de reparação dos impactos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, (ii) extingue a Ação Civil Pública (ACP) de R\$ 20 bilhões, (iii) declara formalmente que o TTAC permanece válido entre os seus signatários, (iv) estabelece um processo de renegociação dos programas delineados no TTAC ao longo dos próximos dois anos, e (v) suspende a ACP de R\$ 155 bilhões pelo período de 24 meses para renegociação dos programas (exceto por alguns pedidos já contemplados pelo TAC GOV, que serão extintos).

Até 30 de junho de 2018, a Fundação Renova já tinha destinado cerca de R\$ 4 bilhões aos programas de remediação socioambiental e socioeconômica. Entre outras iniciativas, auxílios financeiros estão sendo pagos para aproximadamente 22 mil pessoas, três distritos serão reconstruídos, mais de 40.000 hectares serão reflorestados e as nossas estruturas remanescentes de barragens no Complexo de Germano foram reforçadas.

Em 31 de dezembro de 2017, a Samarco provisionou um montante agregado de R\$ 11,3 bilhões relacionado a

desembolsos futuros relacionados às suas obrigações geradas pelo rompimento da barragem. A magnitude, escopo completo, o prazo e os custos futuros dos programas de remediação estão sujeitos a incertezas significativas, uma vez que dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ação, da renegociação dos programas previstos no TAC GOV e também do resultado de processos judiciais pendentes. Consulte as demonstrações financeiras da Samarco para mais informações.

Desde a paralisação das operações da Samarco, de novembro de 2015 até 30 de junho de 2018, os nossos acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, financiaram um total de R\$ 5,3 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão custearam as necessidades de capital de giro da Samarco e R\$ 3,7 bilhões custearam as despesas com os programas de remediação e compensação nos termos do TTAC. A Vale e a BHP Billiton Brasil também anunciaram, em 28 de junho de 2018, compromissos de financiamento adicional da ordem de US\$ 106 milhões (c. R\$ 407 milhões) até dezembro de 2018 para dar suporte às atividades da Samarco, sujeitos a certos termos e condições. O financiamento fornecido à Samarco pelos seus acionistas será realizado por meio de empréstimos.

A Samarco também tem trabalhado ativamente na obtenção das licenças ambientais para a retomada das operações, que foram suspensas após o rompimento da barragem. Em dezembro de 2017, recebemos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (Semad) as licenças prévia (LP) e de instalação (LI) do Sistema de Disposição de Rejeitos Cava Alegria Sul para utilizar uma cava de mineração já existente como local para futura disposição de rejeitos. Preparar a Cava Alegria Sul como um local futuro para disposição de rejeitos requererá investimentos.

Uma vez que a capacidade de curto e médio prazo para armazenamento de rejeitos é limitada, como parte do processo de licenciamento, a Samarco propôs aos órgãos reguladores modificar o seu processo de disposição de rejeitos ao introduzir tecnologias de filtragem de rejeito arenoso e espessamento de lama. Esse processo contribuirá para a redução do volume de rejeitos que requer armazenagem após a retirada da água, que será reutilizada no processo produtivo. Para implementação destas tecnologias, se aprovadas durante o processo de licenciamento, também serão necessários investimentos.

Em 30 de junho 2018, estimou-se internamente que o uso das tecnologias de filtragem e espessamento, combinadas com nosso plano de mineração revisto (que irá demandar o transporte de maiores volumes de rejeito e estéril por distâncias mais longas dentro do Complexo de Germano), podem aumentar o nosso custo operacional por tonelada em aproximadamente 20%



comparado aos níveis de 2015 que estavam em aproximadamente R\$ 107 por tonelada em termos reais, assumindo plena capacidade operacional. Na mesma data, também estimamos internamente que, de acordo com o nosso novo plano de mineração, os investimentos podem ter uma média de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão ao ano pelos próximos 15 anos para amparar a linha de evolução de nossas operações, a preparação da Cava Alegria Sul, a manutenção de nossos ativos, a implementação das tecnologias de filtragem e espessamento de lama, o desenvolvimento de novas áreas de disposição de rejeitos e aquisições adicionais de frota para conduzir nossas operações dentro do plano de mina revisto.

Além da licença para utilização da Cava Alegria Sul como local de disposição de rejeitos, para retomar as operações, a Samarco precisará da Licença Operacional Corretiva (LOC) para restabelecer as licenças ambientais do Complexo de Germano. Para isso, foi protocolado o pedido da LOC junto à Semad em setembro de 2017. Sabemos que a concessão da LOC está sujeita a aprovações de inúmeros conselhos e entidades nos âmbitos municipal, estadual e federal, que fazem parte do processo de licenciamento ambiental, incluindo o Parque Nacional da Serra do Gandarela, a Floresta Estadual UAIMII, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), e os Comitês de Bacias Hidrográficas do Piracicaba e Piranga.

Além das autorizações necessárias, também acreditamos que a retomada deve ser feita de forma segura, deve ser viável economicamente e contar com o apoio das comunidades afetadas e dos públicos de relacionamento da empresa. Além disso, a retomada das operações exigirá financiamento e uma reestruturação adequada das nossas obrigações financeiras.

Em 30 de junho de 2018, esperávamos que, quando nossas operações forem retomadas, será com apenas um concentrador (dos três concentradores que possuímos), cuja produção esperada será de aproximadamente um terço da média da produção quando em plena operação, da ordem de aproximadamente 25 milhões de toneladas de pelotas ao ano. Nós também esperávamos que a produção possa alcançar até aproximadamente dois terços da nossa capacidade total reduzida após a implementação das tecnologias de filtragem de rejeitos e espessamento de lama e da retomada do segundo concentrador, o que esperamos que ocorra cerca de um ano após o reinício do primeiro concentrador.

A retomada da operação do terceiro concentrador demandará não somente as aprovações para novos locais de disposição de rejeitos a serem utilizados após a Cava Alegria Sul, mas também investimentos, pois

esse concentrador estará inativo por vários anos. Em 30 de junho de 2018, apontamos que isto poderia ocorrer de 3 a 4 anos após a retomada do nosso primeiro concentrador, ponto em que esperamos estar operando plenamente.

Baseado em projeções atuais de mercado para os preços do minério de ferro, em premissas macroeconômicas, nas nossas previsões de volume de produção e despesas e outros fatores relevantes, em 30 de junho de 2018, nós esperávamos reconstituir reservas de caixa suficientes, a partir de fluxo de caixa livre desalavancado, no mesmo ano da retomada das atividades do nosso último concentrador.

Informamos ainda que nossas expectativas constituem declarações futuras que são apenas previsões e que não são garantias de qualquer desempenho futuro. Quaisquer declarações prospectivas estão e estarão, seja qual for o caso, sujeitas a inúmeros riscos, incertezas e fatores relativos ao rompimento de Fundão, operações e ambientes de negócios da Samarco, que podem levar os resultados atuais a ser materialmente diferentes de quaisquer resultados futuros, expressos ou implícitos.

Ressaltamos que não deposite confiança indevida nas informações contidas nessa mensagem, as quais não temos intenção de revisar ou atualizar publicamente. Nós não podemos assegurar que as expectativas aqui geradas poderão ser realizadas ou que os efeitos dos desenvolvimentos legais serão benéficos ou adversos. As declarações aqui contidas foram baseadas numa série de premissas incluindo a retomada das operações, a qual, contudo, permanece sujeita a diversos fatores como potenciais disputas administrativas e/ou judiciais relacionadas ao processo de licenciamento. Como consequência, ou como resultado de outros fatores aqui não mencionados, a retomada das operações pode não ocorrer. Ainda assim, mesmo que as operações sejam retomadas, estarão sujeitas a diversos riscos financeiros e incertezas.

Em nome da Samarco, gostaríamos de agradecer a todos os nossos públicos de relacionamento pelo apoio que temos recebido durante este período de dificuldade. Permanecemos focados nas atividades de remediação e compensação que estão em andamento, assim como em nos nossos esforços para buscar uma retomada segura e sustentável das nossas operações.

Rodrigo Alvarenga Vilela
Diretor-presidente

Laurinho José da Silva
*Diretor de Recursos Humanos
e Administração*



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS



AOS ADMINISTRADORES E ACIONISTAS SAMARCO MINERAÇÃO S.A

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Samarco Mineração S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Samarco Mineração S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Samarco Mineração S.A. e da Samarco Mineração S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

INCERTEZA RELEVANTE RELACIONADA COM A CONTINUIDADE OPERACIONAL

Chamamos atenção para a Nota 1 às demonstrações financeiras que, descreve que devido ao rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015, as operações da Companhia foram suspensas e até a data desse relatório não haviam sido retomadas. Essa suspensão afetou a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos em suas operações. Nesse contexto, as

notas explicativas às demonstrações financeiras também descrevem:

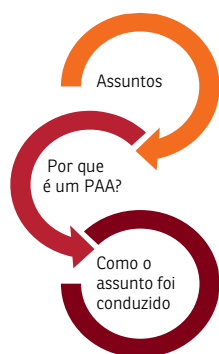
- (i) Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia tem patrimônio líquido negativo de R\$ 14.602.995 mil, tendo apresentado no exercício de 2017 fluxos de caixa das atividades operacionais consolidados negativos no montante de R\$ 1.534.472 mil em suas operações consolidadas. Nessa data, seus passivos circulantes consolidados excedem os ativos circulantes consolidados em R\$ 17.967.735 mil, principalmente em virtude da classificação de empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 15.176.001 mil no passivo circulante em 31 de dezembro de 2017, por conta de condições contratuais (índices financeiros dos covenants). Atualmente a Companhia está negociando suas dívidas financeiras com o objetivo de alongar os prazos e reestruturar as condições contratuais.
- (ii) A Companhia está discutindo diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais dos quais é parte. A Companhia firmou o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) e alguns outros acordos em algumas ações relevantes. Em vários processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas. Adicionalmente, considerando as incertezas na fase atual dos diversos processos, determinadas provisões foram constituídas baseadas em um intervalo estimado de perdas prováveis, e certos outros valores contabilizados estão sujeitos a incerteza significativa devido a possibilidade de mudanças nas premissas finais e dependência de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia. Assim, os valores contabilizados e as divulgações de perdas possíveis, podem não refletir com segurança as perdas reais, podendo diferir significativamente daqueles contabilizados e divulgados nas demonstrações financeiras.
- (iii) Dada a situação atual do processo de licenciamento, a Companhia ainda não tem condições de apresentar uma estimativa segura em relação a quando suas operações poderão ser retomadas. A obtenção das licenças de instalação e operação são necessárias para permitir a retomada de suas operações.

As situações acima mencionadas levantam dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo

e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi planejada e executada considerando que as operações da Samarco Mineração S.A. e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Gastos incorridos e provisões constituídas relacionadas à reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (Notas 1(a) e 3 às demonstrações financeiras)</p>	
<p>O rompimento da barragem de rejeitos de Fundão impactou de forma relevante as operações da Companhia e sua situação patrimonial e financeira. A Companhia incorreu em gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como efetuou baixas de determinados ativos relacionados.</p> <p>Além dos gastos incorridos, a Companhia também registrou provisões, segregadas por programas, e fez divulgações relativas aos desembolsos futuros estimados. As premissas e as bases utilizadas pela administração para constituição dessas provisões foram determinadas com o suporte de consultores externos especializados contratados para tal fim. Uma vez que os valores que serão efetivamente pagos pela Companhia em relação ao rompimento da barragem estão sujeitos a incerteza significativa devido à possibilidade de mudanças nas premissas finais e dependência de diversos fatores que não estão exclusivamente sob o controle da Companhia, a determinação das provisões constituídas em 31 de dezembro de 2017 exigiu um grau de julgamento relevante da administração.</p> <p>Há também processos administrativos e judiciais (inclusive ações civis públicas) impetrados contra a Companhia, até o momento, bem como investigações quanto aos impactos do rompimento da barragem de Fundão que vêm sendo conduzidas, tanto pelas autoridades competentes no Brasil, quanto por consultores externos contratados pela Companhia e por seus acionistas. Considerando essas incertezas, a definição do intervalo estimado de perdas prováveis e a divulgação de perdas possíveis envolve julgamento significativo, podendo não refletir com segurança as perdas reais.</p> <p>A magnitude dos valores dos gastos (incorridos e futuros) e a subjetividade na determinação do montante provisionado para os gastos futuros estimados, a qual considera exercício de julgamento relevante pela administração da Companhia, requereu atenção em nosso processo de auditoria.</p>	<p>Como resposta de auditoria, dentre outros, efetuamos os seguintes procedimentos:</p> <p>Obtivemos a composição, por programa, em 31 de dezembro de 2017, da provisão para compensação e recuperação socioambiental e socioeconômica e, com apoio de especialistas, confrontamos essa composição com as definições estabelecidas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, visando verificar a existência de provisão para cada um dos programas.</p> <p>Para as movimentações da provisão de cada programa obtivemos, em base amostral, a documentação comprobatória dos gastos efetuados e a fundamentação das premissas empregadas na revisão das estimativas para complemento ou redução do valor provisionado. Nessa revisão de estimativas envolvemos ainda nossos especialistas em cálculos financeiros com vistas a revisar a metodologia de cálculo do valor presente das obrigações.</p> <p>Obtivemos relatórios preparados pela administração da Companhia relativos aos processos administrativos e judiciais e de ações civis públicas e, para processos de montante relevante, confrontamos com as confirmações obtidas dos consultores jurídicos da Companhia.</p> <p>Envolvemos, ainda, nossos especialistas tributários e legais para revisar os processos judiciais e administrativos e ações civis públicas relevantes, relacionados ao rompimento da barragem, visando obter o entendimento, a partir das fundamentações providas pela administração, sobre se certas reivindicações constantes nos processos movidos contra a Companhia já estavam abrangidas nos termos firmados pela Samarco.</p> <p>Por fim, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas. Consideramos que as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos acima.</p>



Avaliação do valor recuperável do imobilizado (Nota 12.1 às demonstrações financeiras)	
<p>Em decorrência da paralização das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Companhia identificou indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de <i>impairment</i> no exercício.</p> <p>As projeções de resultados realizadas pela administração incluem premissas relacionadas ao retorno das atividades da Companhia, que ainda envolvem incertezas, bem como outras premissas que subsidiam as projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da unidade geradora de caixa, que envolvem julgamentos relevantes e nem sempre objetivos.</p> <p>A utilização de diferentes premissas poderia resultar em valores significativamente diferentes dos resultados apurados pela Companhia, nas projeções de seus fluxos de caixa.</p> <p>Considerando a magnitude dos saldos do imobilizado e a relevância dos julgamentos, nem sempre objetivos, para a determinação do valor recuperável, consideramos esse assunto como relevante em nosso processo de auditoria.</p>	<p>Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:</p> <p>Envolvemos nossos especialistas em avaliação de empresas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e principais premissas empregadas nas projeções de fluxos de caixa futuros.</p> <p>Na avaliação das premissas adotadas pela administração contidas nas projeções apresentadas, consideramos, sobretudo, o prazo estimado de retorno às operações, bem como as projeções de mercado em relação às taxas de câmbio, projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro, a estimativa do volume de reservas das minas, a vida útil dos ativos, o crescimento dos custos e a consistência dessas variáveis contidas nas projeções elaboradas pela administração da Companhia.</p> <p>Também, efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas e consideramos que as divulgações do assunto nas demonstrações financeiras, no contexto de relevância das demonstrações financeiras, é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos de auditoria adotados.</p>

Realização do imposto de renda diferido (Nota 28 às demonstrações financeiras)	
<p>Durante o exercício, a Companhia mantém saldo consolidado de imposto de renda diferido oriundo de prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis. Na medida em que a Administração considera que a Companhia pode não ser capaz de gerar lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização do ativo em um prazo razoável, reconhece redução ao valor de recuperação do ativo diferido. Em exercícios anteriores, foi registrado <i>impairment</i> no montante de R\$ 3.281.919 mil, resultando em um valor de imposto de renda diferido passivo, líquido, de R\$ 1.597.205 mil em 31 de dezembro de 2017.</p> <p>Consideramos essa área como foco de auditoria, por se tratar de valores materiais cuja análise de realização envolve julgamentos relevantes e subjetivos para determinar as projeções de lucros tributáveis futuros, inclusive quanto ao prazo para retorno das atividades da Companhia.</p>	<p>Como resposta de auditoria, efetuamos os seguintes principais procedimentos:</p> <p>Envolvemos nossos especialistas em temas tributários para nos auxiliar nos recálculos dos prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e das diferenças temporárias, assim como nossos especialistas de avaliação de empresas no recálculo das projeções e avaliação dos modelos e premissas empregadas nas projeções de resultados futuros.</p> <p>Adicionalmente, testamos as projeções apresentadas pela administração, executando procedimentos de auditoria descritos acima no PAA "Avaliação do Valor Recuperável do Imobilizado". Efetuamos leitura das informações divulgadas em notas explicativas e consideramos que as divulgações do assunto no contexto de relevância das demonstrações financeiras, é consistente com as informações obtidas como resultado dos procedimentos de auditoria adotados.</p>

OUTROS ASSUNTOS

Demonstrações do Valor Adicionado As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e

consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 09 de outubro de 2018



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5



Fábio Abreu de Paula
Contador CRC 1MG075204/O-0

SAMARCO 

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



ATIVO CIRCULANTE	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	4	55.568	47.712	57.473	57.652
Aplicações financeiras em caixa restrito	5	1.130	235	1.130	256
Contas a receber	6	17.143	16.482	15.813	9.289
Estoques	7	8.688	328.257	8.688	328.257
Tributos a recuperar	8	85.874	112.359	85.874	112.364
Despesas antecipadas		11.517	2.009	11.636	2.168
Outros ativos	9	39.115	26.615	39.116	26.881
Total do ativo circulante		219.035	533.669	219.730	536.867
NÃO CIRCULANTE					
Depósitos judiciais	19	1.772.305	1.654.766	1.772.305	1.654.766
Tributos a recuperar	8	76.688	76.902	76.689	76.902
Estoques	7	348.124	39.488	348.124	39.488
Outros ativos	9	62.441	68.036	62.623	68.036
		2.259.558	1.839.192	2.259.741	1.839.192
Investimentos	10	14.942	15.569	-	-
Imobilizado	12	17.576.106	17.553.440	17.576.266	17.553.812
Intangível	13	80.822	90.342	80.822	90.342
Total do ativo não circulante		19.931.428	19.498.543	19.916.829	19.483.346
Total do ativo		20.150.463	20.032.212	20.136.559	20.020.213

continua...

...continuação

PASSIVO CIRCULANTE	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Fornecedores	14	42.805	284.997	42.825	285.036
Empréstimos e financiamentos	15	15.176.001	13.378.919	15.176.001	13.378.919
Encargos financeiros a pagar	15	1.005.279	359.680	1.005.279	359.680
Salários, provisões e contribuições sociais	17	21.410	30.898	21.473	30.958
Tributos a recolher	18	169.966	86.167	170.071	86.211
Provisão para imposto de renda	28	-	-	104	84
Provisões diversas	20	1.738.352	1.636.058	1.738.352	1.636.058
Outros passivos	21	47.451	46.704	33.360	34.591
Total do passivo circulante		18.201.264	15.823.423	18.187.465	15.811.537
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	15	-	7.572	-	7.572
Encargos financeiros a pagar	15	-	1.246	-	1.246
Tributos a recolher	18	193.657	178.967	193.657	178.967
Dividendos	22	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Provisões para contingências	19	123.455	246.729	123.455	246.729
Imposto de Renda Diferido	28	1.597.310	1.306.582	1.597.205	1.306.471
Provisões diversas	20	9.979.503	6.008.675	9.979.503	6.008.675
Outras Contas a Pagar País – Partes Relacionadas	11	1.757.488	477.488	1.757.488	477.488
Outros passivos	21	95.233	97.986	95.233	97.986
Total do passivo não circulante		16.552.194	11.130.793	16.552.089	11.130.682
Patrimônio líquido	22				
Capital social		297.025	297.025	297.025	297.025
Reservas de capital		2.476	2.476	2.476	2.476
Ajustes de avaliação patrimonial		1.659.245	1.682.404	1.659.245	1.682.404
Prejuízo acumulado		(16.561.741)	(8.903.911)	(16.561.741)	(8.903.911)
Total do patrimônio líquido		(14.602.995)	(6.922.006)	(14.602.995)	(6.922.006)
Total do passivo e do patrimônio líquido		20.150.463	20.032.212	20.136.559	20.020.213

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Receitas	23	78.905	208.839	78.905	207.056
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	(815.291)	(1.055.002)	(815.260)	(1.055.029)
Lucro (Prejuízo) bruto		(736.386)	(846.163)	(736.355)	(847.973)
Despesas operacionais					
Vendas	25	(70.919)	(54.108)	(70.303)	(55.973)
Gerais e administrativas	25	(56.025)	(67.404)	(56.025)	(67.404)
Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas	26	(4.991.434)	928.246	(4.991.539)	928.239
Resultado de equivalência patrimonial	10	539	(9.246)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(5.854.225)	(48.675)	(5.854.222)	(43.111)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	139.395	207.912	139.399	208.014
Despesas financeiras	27	(1.665.846)	(1.454.102)	(1.665.779)	(1.454.037)
Variações cambiais líquidas	27	13.627	619.408	13.631	619.331
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(7.367.049)	(675.457)	(7.366.971)	(669.803)
Imposto de renda	28	(290.781)	(2.686.485)	(290.859)	(2.692.139)
Prejuízo do exercício		(7.657.830)	(3.361.942)	(7.657.830)	(3.361.942)

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Prejuízo do exercício	(7.657.830)	(3.361.942)
Ajustes de conversão do exercício	(22.577)	(1.906.163)
Mensuração de obrigações de benefício pós-emprego	(582)	(636)
Outros resultados abrangentes para o exercício	(23.159)	(1.906.799)
Resultado abrangente total	(7.680.989)	(5.268.741)



	NOTA	Capital social	RESERVAS DE CAPITAL			Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
			Correção monetária especial do imobilizado	Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2015		297.025	785	1.681	10	3.589.203	(5.541.969)	(1.653.265)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(3.361.942)	(3.361.942)
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	(1.906.163)	-	(1.906.163)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	(636)	-	(636)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	(1.906.799)	-	(1.906.799)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		297.025	785	1.681	10	1.682.404	(8.903.911)	(6.922.006)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(7.657.830)	(7.657.830)
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de conversão do exercício, líquido do efeito tributário	22	-	-	-	-	(22.577)	-	(22.577)
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	22	-	-	-	-	(582)	-	(582)
Resultado abrangente total		-	-	-	-	(23.159)	-	(23.159)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		297.025	785	1.681	10	1.659.245	(16.561.741)	(14.602.995)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Prejuízo antes dos impostos sobre renda		(7.637.049)	(675.457)	(7.366.971)	(669.803)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	12 e 13	189.968	185.976	190.125	186.103
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	25	(5.378)	(4.939)	(5.378)	(3.632)
Provisão para revisão de preços		-	(124.666)	-	(124.666)
Provisão para obsolescência dos estoques	7	(4.767)	3.541	(4.767)	3.541
Provisão para realização dos impostos a recuperar	26	(7.046)	(5.481)	(7.046)	(5.481)
Provisão para realização de outros ativos		324	(374)	324	(374)
Provisão para contingências	19	123.274	107.164	123.274	107.164
Provisão para outros passivos	20	4.660.590	(2.882.311)	4.660.590	(2.882.311)
Provisão para perda de imobilizado (barragem de Fundão)	3 (e)	(215.672)	(1.145)	(215.672)	(1.145)
Perda de ativo imobilizado	25	142.053	(20)	142.084	(19)
Equivalência patrimonial	10	(539)	9.246	-	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos		1.102.452	501.362	1.102.452	501.362
Varição cambial - ativos e passivos		97.605	(681.935)	97.203	(681.802)
		(1.284.185)	(3.569.039)	(1.283.782)	(3.571.063)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Aplicações financeiras em caixa restrito		(895)	82.550	(874)	82.555
Contas a receber de clientes		4.716	475.507	(1.146)	309.666
Estoques		21.075	61.539	21.075	133.420
Tributos a recuperar		33.744	101.590	33.749	101.668
Depósitos judiciais		(117.539)	(252.588)	(117.539)	(252.588)
Despesas antecipadas		(9.508)	9.593	(9.468)	10.114
Distribuição de Dividendos - Controladas		1.197	31.111	-	-
Outros ativos		(7.275)	87.660	(7.145)	74.004
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		(242.192)	166.291	(242.210)	168.838
Impostos a recolher		98.435	198.387	98.502	198.312

continua...

...continuação

	NOTA	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Salários, provisões e contribuições sociais		(9.489)	(6.203)	(9.485)	(6.378)
Imposto de renda pago	28	-	-	(47)	(5.656)
Pagamento de juros		(653)	(249.564)	(653)	(249.564)
Outras contas a pagar – Partes Relacionadas		1.280.000	477.488	1.280.000	477.488
Outros passivos		(1.293.469)	(195.666)	(1.295.449)	(65.644)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(1.526.038)	(2.581.344)	(1.534.472)	(2.594.828)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Baixas de imobilizado e intangível	12 e 13	24.281	57.449	24.680	57.210
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		-	476	-	476
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		24.281	57.925	24.680	57.686
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de financiamentos – terceiros e acionistas		1.506.051	913.010	1.506.051	913.010
Pagamento de financiamentos		3.494	(142.213)	3.494	(142.213)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		1.509.545	770.797	1.509.545	770.797
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		68	1.196	68	1.196
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		7.856	(1.751.426)	(179)	(1.765.149)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		47.712	1.799.138	57.652	1.822.801
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		55.568	47.712	57.473	57.652
		7.856	(1.751.426)	(179)	(1.765.149)

RECEITAS	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	85.177	212.674	85.177	210.891
Outras receitas	9.676	14.229	9.693	14.229
Receitas relativas à construção de ativos próprios	57.210	57.211	142.267	57.211
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	5.378	4.939	5.378	3.632
	157.441	289.053	242.515	285.963
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(573.135)	(727.941)	(649.079)	(714.295)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.049.040)	1.061.581	(5.048.246)	1.061.299
Perda de valores ativos	142.025	(3.167)	142.025	(3.167)
	(5.480.150)	330.473	(5.555.300)	343.837
Valor bruto	(5.332.709)	619.526	(5.312.785)	629.800
Depreciação e amortização	(189.968)	(185.976)	(190.125)	(186.103)
Valor líquido produzido pela Companhia	(5.512.677)	433.550	(5.502.910)	443.697
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	539	(9.246)	-	-
Receitas financeiras	101.706	1.505.264	101.730	1.505.259
	102.245	1.496.018	101.730	1.505.259
Valor total a distribuir	(5.410.432)	1.929.568	(5.401.180)	1.948.956
Distribuição do valor	(5.410.432)	1.929.568	(5.401.180)	1.948.956
Pessoal				
Remuneração direta	124.141	254.551	131.982	264.408
Benefícios	127.518	134.785	128.756	138.669
FGTS	9.858	14.318	9.858	14.318
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	361.377	2.746.605	361.601	2.752.424
Estaduais	514	5.998	514	5.920
Municipais	9.460	3.208	9.460	3.208
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	1.614.530	2.132.045	1.614.479	2.131.951
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	(7.657.830)	(3.361.942)	(7.657.830)	(3.361.942)

SAMARCO 

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Samarco Mineração S.A. ("Samarco", "Companhia" ou "Controladora"), empresa de capital fechado, é uma joint venture de propriedade da Vale S.A. ("Vale") e a BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton Brasil"), cada uma com 50% de participação acionária. Possui sede em Belo Horizonte – Minas Gerais (MG). A Samarco opera um empreendimento integrado localizado em Germano/Alegria, no município de Mariana, MG, que compreende a lavra, o beneficiamento e a concentração de minério de ferro de baixo teor bem como a movimentação desse minério concentrado por minerodutos, ligando as duas unidades operacionais da Companhia, de Minas Gerais ao Espírito Santo (ES). Na unidade de Ponta Ubu, no município de Anchieta, ES, ocorrem os processos de pelotização – transformação do minério concentrado em pelotas, nosso principal produto, e de escoamento da produção por terminal marítimo próprio (Anchieta, ES). A produção é comercializada, substancialmente, no mercado externo.

As jazidas de minério de propriedade da Samarco, anterior ao rompimento da barragem de Fundão em Novembro de 2015, foram baseadas em recursos minerais localizados nos municípios de Mariana e Ouro Preto, MG, que compreendiam recursos minerais da ordem de 7.4 bilhões de toneladas (não auditado). De acordo com o contexto técnico e econômico e considerando o recurso mineral e suas características peculiares, as reservas recuperáveis (ou lavráveis) encontravam-se na ordem de 2.9 bilhões de toneladas (não auditado) até outubro de 2015.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015, e a suspensão das operações nas áreas Germano/Alegria, a Companhia está revendo as reservas da operação. Consequentemente, a Samarco não está neste momento em posição de informar ou confirmar reservas em 31 de dezembro de 2017. No entanto, espera-se que as reservas de minério sejam novamente declaradas após o retorno das operações da Samarco.

a) Rompimento da barragem de Fundão

Conforme detalhado na Nota 3, em novembro de 2015, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, as operações em Germano/Alegria ("complexo de Mariana"), foram temporariamente suspensas por determinação de órgãos governamentais - SEMAD (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável) e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). A Companhia vem trabalhando para atender às exigências legais estabelecidas pelas respectivas autoridades em relação a remediação dos impactos sociais e ambientais causados pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão.

Em 02 de março de 2016, a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, firmaram Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, ("Acordo" ou "TTAC"), nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros,

nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, para determinar as medidas e ações para reparar e compensar os danos socioeconômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Atendendo ao TTAC, em 2 de agosto de 2016, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, com a finalidade de desenvolver e implementar programas ambientais e socioeconômicos para reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, instituíram a Fundação Renova ("Fundação"). A Samarco é a responsável por fornecer os recursos à Fundação, sujeito ao cronograma e outras condições estabelecidas em tal instrumento. Na medida em que a Samarco não cumpra as suas obrigações de financiamento no âmbito do Acordo, tanto a Vale quanto a BHP têm obrigações de financiamento seguindo o que estabelece o Acordo na proporção da sua participação de 50% cada na Samarco.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, Samarco e seus acionistas assinaram um Acordo Preliminar, posteriormente aditivado em 16 de novembro de 2017, conforme explicado na Nota 3(h).

O Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC.

Em 25 de junho de 2018, as partes desse acordo, Defensorias Públicas de MG, ES e UNIÃO e os signatários do TTAC assinaram um novo acordo (TAC de Governança), detalhada na nota 3.(g), da seguinte forma:

- (i) Incrementa a participação das pessoas atingidas em todas as etapas referentes ao processo de reparação;
- (ii) Estabelece a atuação do Ministério Público e da Defensoria Pública de Minas Gerais, Espírito Santo e União, juntamente com os signatários do TTAC na governança do TTAC;
- (iii) Dispõe sobre a extinção da Ação Civil Pública de R\$ 20.000.000 (descrita na Nota 3 (g)) e a suspensão da Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000 (descrita na Nota 3 (g)) pelo prazo de dois anos a contar da data de homologação,
- (iv) Estabelece uma declaração formal de que o Acordo permanece válido para as partes signatárias;
- (v) Estabelece um processo de negociação dos programas do TTAC com a participação das pessoas afetadas ao longo de dois anos para avançar na liquidação da Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000;
- (vi) Mantém a garantia provisória prestada no âmbito do Acordo Preliminar por um período de 30 meses, após o qual a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil serão requeridos a fornecer a segurança de um valor equivalente ao orçamento anual da Fundação até o limite de R\$ 2.200.000;
- (vii) Trata das garantias oferecidas pelas empresas para o custeio das medidas necessárias para a compensação integral dos danos decorrentes do referido rompimento.

Atualmente, as atividades de mineração e processamento de minério da Samarco continuam suspensas. Em 23 de junho de 2016, a Samarco apresentou, à Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais (SEMAD), o Estudo de Impacto Ambiental e o respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA / RIMA) do processo de licenciamento para utilização de cava para a deposição de rejeitos – SDR Cava de Alegria Sul. Em dezembro de 2016 foram realizadas audiências públicas – coordenadas pela SEMAD - nos municípios de Mariana e Ouro Preto. Para este processo foi emitida em 13 de dezembro de 2017 a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI) nº 02. Em 28 de setembro de 2018 a Companhia firmou com o Ministério Público de Minas Gerais Termo de Compromisso para contratação de auditoria técnica independente com o objetivo de acompanhar a implantação do SDR Cava de Alegria Sul.

As demais estruturas do Complexo de Germano serão objeto de uma Licença Operação Corretiva (LOC). O Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) desse processo foram protocolados na SEMAD em 01 de setembro de 2017 e encontram-se em análise. Como parte do procedimento de análise do pedido de licença, em dezembro de 2017, foram realizadas as audiências públicas nos municípios de Mariana, Ouro Preto e Matipó.

Dessa forma no dia 9 de julho de 2018 foi protocolado na SEMAD as informações complementares dos estudos da LOC.

De acordo com o andamento do atual processo de licenciamento, ainda existe um nível de incerteza quanto a uma data específica para a retomada das operações. Os insuficientes recursos de caixa disponíveis para o cumprimento de suas obrigações, juntamente com as incertezas quanto ao momento e à natureza de um potencial reinício de suas operações, criaram um desafio significativo em relação à liquidez em caixa de curto prazo.

A Vale e a BHP Billiton Brasil destinaram o montante total de R\$ 398.968 em financiamento à Samarco, para gastos previstos no segundo semestre do exercício de 2018.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2017, Vale e a BHP Billiton Brasil contribuíram com R\$ 2.786.051, divididos entre aportes à Fundação e empréstimos de curto prazo à Samarco. Os aportes à Fundação visam à continuidade dos programas de reparação e compensação no âmbito do Acordo. Já os empréstimos de curto prazo apoiaram os trabalhos de remediação, estabilização das barragens e às necessidades de capital de giro da Samarco. Os recursos são liberados para a Fundação e para Samarco conforme necessidade e uma vez que atendidos os marcos de execução estabelecidos. As quantias não utilizadas expiram em 31 de dezembro de 2018.

Conforme mencionado na Nota 3(h), como resultado do rompimento da barragem, a Companhia é parte em vários processos judiciais e administrativos, cíveis, ambientais e trabalhistas, para os quais a Companhia não pode estimar de forma confiável os resultados e consequências finais.

b) Continuidade (Going Concern)

As principais operações da Samarco consistem no empreendimento integrado de mineração, beneficiamento e concentração de minério de ferro de baixa qualidade no município de Mariana, no Estado de Minas Gerais, bem como no transporte desse minério concentrado das usinas da Companhia localizadas em Minas Gerais para as plantas de pelotização no Espírito Santo, através de minerodutos.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015 descrito na nota 1(a) 'Rompimento da barragem de Fundão' e Nota 3 'Evento significativo - rompimento da barragem de Fundão', as operações de extração e transformação foram suspensas. Isso afetou significativamente a capacidade da Companhia de gerar fluxos de caixa positivos e cumprir suas obrigações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui patrimônio líquido negativo em R\$ 14.602.995 na Controladora e no Consolidado e o passivo circulante excede o ativo circulante em R\$ 17.982.229 na Controladora e R\$ 17.967.735 no Consolidado. Para o exercício de 2017, a Companhia também reconheceu fluxos de caixa negativos de operações de R\$ 1.526.038 na Controladora e R\$ 1.534.472 no Consolidado.

Conforme divulgado na Nota 15, "Empréstimos e Financiamentos", a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, os quais também refletem os juros acumulados sobre as parcelas vencidas e a aplicação de juros de mora. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (incluindo encargos financeiros a pagar) no valor total de R\$ 16.181.280 (31 de dezembro de 2016 de R\$ 13.747.417), dos quais o total R\$ 16.181.280 (31 de dezembro de 2016 R\$ 13.738.599) está classificado como circulante em 31 de dezembro de 2017.

A Companhia contratou assessores, que mantém contato com os credores com o objetivo de discutir uma reestruturação de suas condições de contratos de empréstimos e financiamentos existentes, em razão de sua condição financeira atual.

Adicionalmente, a Samarco também é parte em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais, conforme divulgado na Nota 3(h) "Evento Significativo - Rompimento da Barragem de Fundão. A Samarco negociou o TTAC e outras acordos, em algumas ações relevantes, o que criou novos passivos financeiros para a Companhia. Além disso, em vários desses processos, a Companhia está sujeita a medidas cautelares, como depósitos judiciais compulsórios e bloqueio de contas, o que pode afetar ainda mais a sua disponibilidade de caixa. Resultados desfavoráveis relacionados a esses litígios existentes podem agravar significativamente a posição patrimonial da Companhia.

Vale e BHP Billiton Brasil forneceram financiamento para Samarco foram chamadas a cumprir as atuais obrigações da Samarco no âmbito do TTAC. No ano de 2017, foram realizados aportes pelos acionistas nos montantes de R\$ 1.280.000 na Fundação e R\$ 1.506.051 (US\$ 473.300) na Samarco, sendo esse último subdividido em R\$ 913.585 (US\$ 286.300) para suportar as atividades operacionais da companhia e R\$ 592.466 (US\$ 187.000) para arcar com as despesas dos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. No primeiro semestre de 2018, foram realizadas contribuições adicionais de R\$ 825.000 (US\$ 218.622) – não auditado – para financiamento direto à Fundação para continuidade de execução dos programas de reparação e compensação e outros R\$ 266.865 (US\$ 76.100) – não auditado – para empréstimos de curto prazo à Samarco, dos quais R\$ 231.155 (US\$ 71.348) – não auditado – destinados a suportar as necessidades operacionais e R\$ 35.709 (US\$ 4.752) – não auditado – para fazer frente aos programas do TTAC ainda sob a tutela da Samarco. Já para o segundo semestre de 2018, espera-se que os dois acionistas contribuam com adicionais R\$ 1.115.000 (US\$ 295.705) – não auditado – para financiamento direto à Fundação, para continuidade de execução dos programas de reparação e compensação, e os acionistas anunciaram o suporte financeiro de R\$ 398.968 (US\$ 106.000) à Samarco, sendo R\$ 397.705 (US\$ 105.682) para fazer face a suas atividades operacionais e R\$ 1.263 (US\$ 331) para arcar com os programas do TTAC que ainda estão sob sua responsabilidade. Os empréstimos de curto prazo permitirão que a Samarco continue a realizar trabalhos de reparação, estabilização e para apoiar suas operações. Os empréstimos da Vale e da BHP à Samarco, serão depositados para a Samarco somente conforme exigido e sujeitos à aprovação de orçamento proposto para o período em que os montantes serão destinados. Além disso, a Samarco não obteve qualquer outro compromisso formal de financiamento da Vale ou da BHP e atualmente não tem formas alternativas de financiamento.

Samarco está buscando os licenciamentos ambientais necessários nos órgãos competentes. Para tal a Companhia desenvolveu o projeto SDR Cava de Alegria Sul que propõe, como ação temporária e de curto prazo, o uso da Cava de Alegria Sul, que possui capacidade de aproximadamente 16 Mm³, para disposição de rejeitos minerários. Esse projeto prevê ainda, a utilização da pilha de estéril de Alegria Sul para disposição temporária de minério e definitiva de estéril.

A Companhia já obteve a Licença Prévia e Licença de Instalação (LP + LI) em dezembro de 2017, de maneira concomitante, a qual permite preparação da cava para, posteriormente, ser solicitada Licença de Operação (LO) adjacente ao processo de obtenção da Licença Operacional Corretiva (LOC).

Ainda em relação ao licenciamento, após a suspensão das licenças ambientais e demais atos autorizativos que sustentavam as operações do Complexo Germano, ocorreu a convocação da Samarco para promover o Licenciamento Corretivo de todas as atividades que compõem o processo

produtivo do Complexo Germano e das obras e intervenções emergenciais, em decorrência do rompimento da Barragem do Fundão. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Estudo Ambiental (RIMA) do Licenciamento Operacional Corretivo- LOC foram protocolados em 01 de setembro de 2017 e as audiências públicas referente ao este processo de licenciamento ocorreram em dezembro de 2017.

A Samarco considera que a retomada das operações é essencial para que a Companhia possa continuar seu negócio. No entanto o retorno das operações dependerá da resolução de fatores que estão fora do seu controle, conforme descrito abaixo:

- Obtenção das licenças de operação necessária para permitir uma retomada das operações de forma segura.
- Renegociação satisfatória das obrigações e condições de dívida com seus credores.
- Financiamento adequado para apoiar as operações antes e durante o reinício.

No caso da combinação necessária dos eventos acima não ocorrer, a Companhia pode não ser capaz de continuar suas operações e, portanto, pode não realizar seus ativos e cumprir suas obrigações no curso normal dos negócios. As demonstrações financeiras não incluem ajustes que resultariam se a Companhia, eventualmente não poder continuar operando.

c) Participações societárias da Companhia

A Samarco participa nas seguintes empresas, e em conjunto com as mesmas é denominada Grupo.

- Samarco Iron Ore Europe B.V. ("Samarco Europe") - participação direta de 100% - sediada na Holanda, constituída em 13 de outubro de 2000, com o objetivo de prestar serviços de operações de *marketing* e vendas de minério de ferro produzido pela Samarco. Adicionalmente efetua suporte aos clientes por meio de seminários técnicos e estudos de mercado.
- Samarco Asia Ltd. ("Samarco Asia") - participação indireta de 100% - sediada em Hong Kong, adquirida em 10 de julho de 2001 pela Samarco Europe, com o objetivo de prestar serviços de *marketing* e vendas por meio de representação comercial na região do Pacífico Asiático.
- Samarco Finance Ltd. ("Samarco Finance") - participação direta de 100% - sediada nas Ilhas Cayman, constituída em 21 de fevereiro de 2000, com o objetivo de otimizar as operações de comércio exterior da Companhia, visando promover a exportação (revenda) de minério de ferro adquirido da Companhia para clientes designados e, também, como via de captação de recursos financeiros no mercado internacional para posterior repasse à Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva, em 08 de Outubro de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

(a) *Demonstrações financeiras individuais e consolidadas*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor.

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.2.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A demonstração do valor adicionado foi preparada conforme o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, e por ser apenas requerida para companhias abertas, foi apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

(b) *Mudanças nas políticas contábeis e divulgações*

Não houve alterações ou novos pronunciamentos e interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 que tiveram impactos relevantes para a Companhia.

2.2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência

histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada exercício. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir a revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir dos estimados.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas abaixo.

(i) *Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica*

A provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica é constituída quando da identificação de uma área impactada ou requerimento de reparação de danos cíveis incorridos, que geram uma obrigação presente para a Companhia. Este processo envolve estimativas complexas na determinação do montante de desembolso futuro esperado pela Administração e seus consultores externos, conforme divulgado na Nota 3.

(ii) *Imposto de renda*

O Imposto de renda (corrente e diferido) é calculado de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável futuro a qual é baseada em fluxos de caixa futuros.

(iii) *Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)*

A Companhia avalia anualmente para os ativos com vida útil definida, a existência de indicadores de *impairment*, e em havendo indicadores a recuperabilidade de seus ativos tangíveis e intangíveis, segregados por unidade geradora de caixa, é testada. Usualmente é utilizado o critério do fluxo de caixa descontado que depende de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

(iv) *Reservas minerais e vida útil das minas*

As estimativas de reservas provadas e prováveis são periodicamente avaliadas e atualizadas. Estas reservas são determinadas usando técnicas de estimativas geológicas geralmente aceitas. A estimativa do volume das reservas minerais é base de apuração da parcela de exaustão das respectivas minas e sua estimativa de vida útil é fator preponderante para quantificação da provisão de

recuperação ambiental das minas. Qualquer alteração na estimativa do volume de reservas das minas e da vida útil dos ativos a ela vinculado poderá ter impacto significativo nos encargos de depreciação, exaustão e amortização, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Alterações na vida útil estimada das minas poderão causar impacto nas estimativas da provisão de gastos ambientais, de sua recuperação e das análises de *impairment*.

Após o rompimento da barragem de rejeitos Fundão, em Novembro de 2015 e a suspensão temporária das operações nas áreas Germano / Alegria, a Companhia está revendo recursos e reservas da operação.

(v) Desmobilização de ativos

A Companhia reconhece obrigação para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem. A referida provisão é apurada considerando o valor presente dos fluxos de caixa necessários para a desmobilização dos ativos. A Companhia considera as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como uma prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente.

(vi) Provisão para contingências

As contingências são analisadas pela Administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos. A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Essas avaliações envolvem julgamentos da Administração.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado.

2.3 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, que incluem as demonstrações financeiras das controladas, foram elaboradas em conformidade com as práticas de consolidação e os dispositivos legais aplicáveis. Saldos, quaisquer receitas, despesas e lucros não realizados e derivados de transações intragrupos são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida.

(a) Controladas

Compreendem todas as entidades sobre as quais o Grupo exerce o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis

decorrentes do seu envolvimento na entidade e pode influenciar os seus retornos devido ao poder que exerce sobre elas. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo, e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

(b) Operações controladas em conjunto

Uma operação controlada em conjunto é um empreendimento conjunto que envolve o uso de ativos e outros recursos dos empreendedores. Cada empreendedor utiliza seus próprios recursos em busca de operações conjuntas. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionadas aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizadas individualmente nas demonstrações financeiras. A Companhia possui participação de 49% na Usina Hidrelétrica de Guilman-Amorim, sendo que os 51% restantes da operação conjunta pertencem ao parceiro Arcelor Mittal Brasil S.A.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo foram mensurados em dólares norte-americanos (US\$) que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas uma vez que é a moeda do principal ambiente econômico em que operam, geram e consomem caixa.

(b) Moeda de apresentação

Em atendimento a legislação brasileira, essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, convertendo-se as demonstrações financeiras preparadas na moeda funcional da Companhia para reais, utilizando os seguintes critérios:

- Ativos e passivos são convertidos, utilizando-se a taxa de fechamento na data do respectivo balanço.
- Contas de resultado, resultado abrangente, demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado pelas taxas das datas das transações.
- Patrimônio líquido ao valor histórico de formação.

As variações cambiais resultantes da conversão acima referida são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial".

(c) Transações e saldos

As operações em moedas diferentes da moeda funcional da Companhia são convertidas para a sua moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado no resultado financeiro.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na moeda funcional US\$, estão demonstradas a seguir:

BALANÇO PATRIMONIAL – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	16.784	14.625	17.359	17.675
Aplicações financeiras em caixa restrito	342	72	342	79
Contas a receber	5.177	5.052	4.777	2.846
Estoques	2.627	100.739	2.627	100.739
Tributos a recuperar	25.964	34.482	25.964	34.483
Despesas antecipadas	3.482	617	3.518	665
Outros ativos	11.821	8.160	11.821	8.291
Total do ativo circulante	66.197	163.747	66.408	164.778
Ativo não circulante				
Depósitos judiciais	535.861	507.754	535.861	507.754
Tributos a recuperar	23.187	23.600	23.187	23.600
Estoques	105.256	12.118	105.256	12.118
Outros ativos	18.878	20.880	18.931	20.880
	683.182	564.352	683.235	564.352
Investimentos	4.518	4.778	-	-
Imobilizado	5.314.176	5.388.469	5.314.224	5.388.583
Intangível	24.437	26.226	24.437	26.226
Total do ativo não circulante	6.026.313	5.983.825	6.021.896	5.979.161
Total do ativo	6.092.510	6.147.572	6.088.304	6.143.939

...continuação

Balanco Patrimonial – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Passivo circulante				
Fornecedores	12.945	87.450	12.953	87.459
Empréstimos e financiamentos	4.588.499	4.105.852	4.588.499	4.105.852
Encargos financeiros a pagar	303.948	110.382	303.948	110.382
Salários, provisões e contribuições sociais	6.488	9.497	6.507	9.515
Tributos a recolher	51.390	26.444	51.423	26.459
Provisão para imposto de renda	-	-	31	26
Provisões diversas	525.595	502.089	525.595	502.089
Outros passivos	14.349	14.305	10.084	10.639
Total do passivo circulante	5.503.214	4.856.019	5.499.040	4.852.421
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos	-	2.324	-	2.324
Encargos financeiros a pagar	-	383	-	383
Tributos a recolher	58.553	54.923	58.553	54.923
Dividendos	848.264	860.994	848.264	860.994
Provisão para contingência	37.333	75.724	37.333	75.724
Imposto de Renda Diferido	482.951	400.977	482.919	400.942
Provisões diversas	3.017.326	1.844.007	3.017.326	1.844.007
Outras Contas a Pagar País - Partes Relacionadas	531.380	146.536	531.380	146.536
Outros passivos	28.794	30.069	28.794	30.069
Total do passivo não circulante	5.004.601	3.415.937	5.004.569	3.415.902
Patrimônio líquido				
Capital social	409.774	409.774	409.774	409.774
Reservas de capital	1.619	1.619	1.619	1.619
Ajustes de avaliação patrimonial	(1.291)	(1.115)	(1.291)	(1.115)
Prejuízo acumulado	(4.825.407)	(2.534.662)	(4.825.407)	(2.534.662)
Total do patrimônio líquido	(4.415.305)	(2.124.384)	(4.415.305)	(2.124.384)
Total do passivo e do patrimônio líquido	6.092.510	6.147.572	6.088.304	6.143.939

Demonstração do Resultado – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Receitas	24.612	54.992	24.612	53.827
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(254.904)	(305.237)	(254.904)	(305.237)
Lucro bruto (prejuízo)	(230.292)	(250.245)	(230.292)	(251.410)
Despesas operacionais				
Vendas	(22.914)	(18.604)	(22.767)	(18.972)
Gerais e administrativas	(17.697)	(19.687)	(17.697)	(19.687)
Outras despesas operacionais, líquidas	(1.479.999)	(275.896)	(1.480.042)	(275.899)
Resultado de equivalência patrimonial	105	(3.247)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(1.750.797)	(567.679)	(1.750.798)	(565.968)
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	43.684	60.975	43.685	61.003
Despesas financeiras	(502.366)	(444.206)	(502.344)	(444.185)
Variações cambiais, líquidas	4.214	175.734	4.216	175.722
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(2.205.265)	(775.176)	(2.205.241)	(773.428)
Imposto de renda	(85.480)	(925.458)	(85.504)	(927.206)
Prejuízo do exercício	(2.290.745)	(1.700.634)	(2.290.745)	(1.700.634)

Demonstração do resultado abrangente – US\$	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Prejuízo do exercício	(2.290.745)	(1.700.634)
Mensuração de obrigações de benefícios pós-emprego	(176)	(195)
Outros resultados abrangentes para o exercício	(176)	(195)
Resultado abrangente total	(2.290.921)	(1.700.829)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido – US\$	Capital social	RESERVAS DE CAPITAL		Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
		Ágio na subscrição de ações	Reservas de incentivos fiscais			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	409.774	1.616	3	(920)	(834.028)	(423.555)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.700.634)	(1.700.634)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	(195)	-	(195)
Resultado abrangente total	-	-	-	(195)	-	(195)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	409.774	1.616	3	(1.115)	(2.534.662)	(2.124.384)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.290.745)	(2.290.745)
Outros resultados abrangentes						
Mensuração de obrigação de benefício pós-emprego	-	-	-	(176)	-	(176)
Resultado abrangente total	-	-	-	(176)	-	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	409.774	1.616	3	(1.291)	(4.825.407)	(4.415.305)

Demonstração dos fluxos de caixa – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos sobre renda	(2.205.265)	(775.176)	(2.205.241)	(773.428)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com caixa gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	88.765	88.700	88.816	88.751
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.754)	165	(2.161)	567
Provisão para revisão de preços	-	(31.931)	-	(31.931)
Provisão para obsolescência dos estoques	(1.489)	1.461	(1.489)	1.461
Provisão para realização dos impostos a recuperar	(8.934)	74.699	(8.934)	74.699
Provisão para realização de outros ativos	94	(49)	94	(49)
Provisão para contingências	(38.391)	39.972	(38.391)	39.972
Constituição de provisão para outros passivos	1.101.878	(350.242)	1.101.878	(350.242)
Constituição de provisão para perda de imobilizado	(95.364)	(312)	(95.364)	(312)
Perda de ativo imobilizado e intangível	74.461	36	74.546	36
Equivalência patrimonial	(105)	3.247	-	-
Juros sobre financiamentos	344.569	152.511	344.569	152.511
Variação cambial – ativos e passivos	(14.091)	(148.954)	(14.092)	(148.957)
	(755.626)	(945.873)	(755.769)	(946.922)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Aplicações financeiras em caixa restrito	(270)	21.132	(263)	21.132
Contas a receber de clientes	1.540	119.996	143	77.817
Estoques	6.463	19.598	85.377	38.005
Tributos a recuperar	17.185	29.007	17.186	29.002
Depósitos judiciais	(28.107)	(148.640)	(28.107)	(148.640)
Distribuição de Dividendos - Controladas	365	9.791	-	-
Despesas antecipadas	(2.962)	2.908	(2.949)	3.033
Outros ativos	(7.563)	66.454	(86.398)	66.391
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	(74.437)	55.610	(74.438)	56.259
Impostos a recolher	79.993	64.271	79.990	64.254

continua...

...continuação

Demonstração dos fluxos de caixa – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Salários, provisões e contribuições sociais	(2.862)	(1.715)	(2.861)	(1.757)
Imposto de renda pago	-	-	6	(1.723)
Pagamento de juros	(204)	(69.837)	(204)	(69.837)
Outras Contas a pagar - Partes Relacionadas	384.844	146.536	384.844	146.536
Outros passivos	(98.323)	(54.789)	(98.925)	(22.042)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(479.964)	(685.551)	(482.368)	(688.492)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixas de imobilizado e intangível	8.220	(2.250)	8.150	(2.320)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível	-	146	-	146
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	8.220	(2.104)	8.150	(2.174)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos – terceiros e acionistas	473.300	280.038	473.300	280.038
Pagamento de financiamentos	582	(38.839)	581	(38.839)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	473.882	241.199	473.881	241.199
Efeito de variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	21	278	21	277
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	2.159	(446.178)	(316)	(449.190)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	14.625	460.803	17.675	466.865
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.784	14.625	17.359	17.675
	2.159	(446.178)	(316)	(449.190)

Demonstração do valor adicionado – US\$	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	26.573	56.138	26.573	54.973
Outras receitas	2.987	4.275	2.992	4.275
Receitas relativas à construção de ativos próprios	41.788	2.320	41.788	2.320
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	1.754	(165)	1.754	(567)
	73.102	62.568	73.107	61.001
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(202.885)	(196.447)	(202.025)	(195.301)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.505.539)	(124.973)	(1.505.343)	(124.846)
Perda/recuperação de valores ativos	73.387	(2.125)	73.387	(2.125)
	(1.635.037)	(323.545)	(1.633.981)	(322.272)
Valor bruto	(1.561.935)	(260.977)	(1.560.874)	(261.271)
Depreciação e amortização	(88.765)	(88.700)	(88.816)	(88.751)
Valor líquido produzido pela Companhia	(1.650.700)	(349.677)	(1.649.690)	(350.022)
Valor recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	105	(3.247)	-	-
Receitas financeiras	31.925	429.675	31.934	429.681
	32.030	426.428	31.934	429.681
Valor total a distribuir	(1.618.670)	76.751	(1.617.756)	79.659
Distribuição do valor	(1.618.670)	76.751	(1.617.756)	79.659
Pessoal				
Remuneração direta	38.881	75.000	39.624	75.854
Benefícios	39.927	39.307	40.044	39.622
FGTS	3.084	4.149	3.084	4.149
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	107.443	942.882	107.513	944.678
Estaduais	(6.579)	77.950	(6.579)	77.926
Municipais	2.927	925	2.927	925
Remuneração de capital de terceiros				
Juros (empréstimos, financiamentos e outros)	486.392	637.172	486.376	637.139
Remuneração de capitais próprios				
Prejuízo do exercício	2.290.745	(1.700.634)	2.290.745	(1.700.634)

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Não incluem caixa restrito por decisão judicial.

2.6 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, outros ativos, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outros passivos.

(a) Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o Método da Taxa Efetiva de Juros.

Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não detém instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento.

(b) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(c) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia, a cada data de balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros apresenta perda no valor recuperável. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros tem perda no valor recuperável e incorre-se em perda no valor recuperável apenas se existir evidência objetiva de perda no valor recuperável como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "evento de perda") e se esse evento (ou eventos) de perda tiver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser estimado com segurança.

O montante de perda no valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

2.7 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços, e são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, quando aplicável, em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas com valores a receber, com base na avaliação individual dos créditos e da situação financeira de cada cliente, inclusive seu histórico de relacionamento com a Companhia.

A provisão para redução de preço de vendas é constituída com base na volatilidade do mercado de minério de ferro no cenário mundial. Baseado na tendência de queda do preço de minério de ferro. A Administração realiza avaliação individual dos contratos de cada cliente e constitui provisão no montante suficiente para cobrir eventuais perdas.

2.8 Estoques

São avaliados ao custo médio de compras ou produção, que não excede aos valores de mercado ou de realização.

A Samarco utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

2.9 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial com base nas demonstrações financeiras das empresas investidas. As demonstrações financeiras de investimentos sediados no exterior foram elaboradas adotando-se as práticas contábeis compatíveis com as observadas pela Companhia. As controladas possuem a mesma moeda funcional da controladora, o Dólar norte-americano.

2.10 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção e inclui os encargos financeiros capitalizados.

São elementos que integram o custo de um componente do ativo imobilizado:

- Preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos.
- Quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e a condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela Administração.
- A estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local no qual ele está localizado. Tais custos representam a obrigação em que a Companhia incorre quando o item é adquirido ou são consequência de usá-lo durante determinado período.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso. Para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas a depreciação é calculada com base no método das unidades produzidas. Para os restantes a depreciação é calculada com base no método de depreciação e amortização linear considerando os anos descritos na Nota 12.

Os ganhos e as perdas na alienação de um ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do ativo imobilizado, sendo registrados de forma líquida em "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os valores residuais e a vida útil são revisados e ajustados, se necessários, a cada exercício social.

2.11 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente compreendem os direitos de passagem, direitos minerários e softwares e são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas referentes ao valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada, conforme Nota 13 e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste de avaliação do valor recuperável.

Remoção de estéril para acessar os depósitos de minério

O custo de estéril (custos associados à remoção de estéril e outros resíduos) incorrido durante o desenvolvimento da mina, antes da produção, é capitalizado como parte do custo depreciável do ativo em desenvolvimento. Tais custos são amortizados pelo período da vida útil da mina, baseado nas reservas provadas e prováveis.

Os custos de estéril incorridos na fase de produção são adicionados ao valor do estoque, exceto quando é realizada uma campanha de extração específica para acessar depósitos mais profundos da jazida. Nestes casos, os custos são capitalizados e levados ao ativo não circulante quando da extração do depósito de minério, e serão amortizados ao longo da vida útil da jazida.

2.12 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros de vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos que tem uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável. No caso de ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados dos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado do período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo.

Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados, no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016, dada suspensão das atividades do complexo de Mariana, a partir de novembro de 2015, e ao incremento nos custos esperados com reparação socioambiental e socioeconômica, a Administração efetuou teste para avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*), conforme divulgado na Nota 12.

2.13 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos de transação) e o valor total de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo desses ativos quando é provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo possa ser mensurado com segurança. Os demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Provisão para contingências

Obrigações presentes são registradas quando as perdas e desembolsos forem avaliados como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com segurança.

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

2.16 Provisões para desmobilização de ativos, recuperação socioambiental e socioeconômica

(a) Obrigações com desmobilização de ativos

Uma obrigação para desmobilização de ativos é reconhecida com base em um plano de desmobilização de ativos detalhado e aprovado. Os gastos para fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades estão registrados como obrigações com desmobilização de ativos. As obrigações consistem principalmente de custos associados a encerramento de atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo imobilizado, sendo depreciado pelo período de vida útil do ativo.

(b) Recuperação socioambiental e socioeconômica

A provisão socioambiental e socioeconômica é registrada de acordo com as determinações das autoridades competentes, inclusive no âmbito do acordo firmado em 2 de março de 2016 (Notas 1 e 3). A provisão para recuperação ambiental é constituída quando da identificação de uma área impactada que gera uma obrigação para a Companhia. Um passivo para reparação de danos sociais é reconhecido quando da identificação de necessidade de desembolsos futuros decorrentes de eventos passados relativos a danos cíveis.

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados por seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.18 Imposto de renda

A Companhia calcula o imposto de renda com base na legislação vigente, considerando as adições e exclusões legais previstas. Sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras, são constituídos créditos tributários diferidos na proporção da probabilidade que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Este é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados e apresentados pelo líquido no balanço caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de

renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

A Companhia possui o benefício da exportação incentivada, o qual se refere à redução do imposto de renda com base na apuração do lucro da exploração de minerais abundantes.

A Companhia possui decisão judicial transitada em julgado, a qual considera inconstitucional a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") portanto, não tributa e recolhe a referida contribuição, conforme mencionado na Nota 19.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Obrigação de aposentadoria

O plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a Companhia paga contribuições fixas para uma entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados quando devidas.

Para a parcela de benefício definido, existente no plano (ValiaPrev), que representa a obrigação construtiva a Companhia realiza o cálculo atuarial. Quando os benefícios do plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida imediatamente no resultado.

A obrigação de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido, menos o valor justo dos ativos do plano na data do balanço e é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Entretanto, nenhum ativo é reconhecido por não haver previsão no estatuto do plano de reembolso à Companhia ou redução de contribuições futuras.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem.

(b) Pagamento baseado em ações

A Samarco opera plano de remuneração baseado em ações teóricas o qual é liquidado em caixa. O valor justo do montante a pagar aos empregados em relação ao seu plano de incentivo de longo prazo é reconhecido como uma despesa e um aumento correspondente no passivo. O montante é reavaliado no mínimo uma vez no ano, a cada data de final de exercício e na data de liquidação.

Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado.

(c) Assistência médica

A Companhia concede benefícios que envolvem seguro de vida e plano de assistência média aos empregados e dependentes dos empregados, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

(d) Participação nos resultados

A Companhia, baseada na política de remuneração variável, concede Participação nos Lucros e Resultados ("PLR") aos seus empregados, a qual está vinculada ao alcance de metas, objeto da avaliação dos resultados e de objetivos específicos, estabelecidos e acordados no início de cada ano. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando existe uma obrigação presente de corrente de evento passado que criou uma obrigação não formalizada.

2.20 Capital social

A ação ordinária corresponde ao direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

2.21 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Os valores referentes à parcela que excede ao mínimo obrigatório requerido por lei ou estatutariamente são mantidos em conta específica no patrimônio líquido, e somente são provisionados quando da deliberação definitiva que venha a ser tomada pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas.

2.22 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem custos, despesas e receitas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Do resultado, são deduzidas/acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda.

(a) Reconhecimento de receita de vendas de produtos

As receitas com vendas de minério são reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto. Como a parte majoritária das vendas envolvem FOB (*Free-on-Board*), a receita é reconhecida quando o produto é entregue ao transportador.

A receita é reconhecida na data de saída com base numa estimativa do valor justo da contraprestação a receber.

Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor com respeito ao qual a recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecida provisão para ajuste de preço ou perda diretamente como despesa.

(b) Reconhecimento de receitas de serviços

A Companhia vende serviços logísticos no porto de sua propriedade. A receita de serviços é reconhecida quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação. Quando ocorre uma incerteza sobre a realização de valor já incluído na receita, o valor incobrável, ou o valor cuja recuperação tenha deixado de ser provável, é reconhecido como despesa.

(c) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

2.23 Arrendamento mercantil

A Companhia possui operações de arrendamento operacional nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador. Os pagamentos efetuados no âmbito dos arrendamentos operacionais (líquidos de eventuais incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos no resultado, pelo método linear, ao longo do período do arrendamento.

2.24 Novas normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

CPC 48 (IFRS 9) – “Instrumentos Financeiros” - O CPC 48 entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui as orientações existentes no CPC 38 Instrumentos Financeiros Reconhecimento e Mensuração.

As principais alterações que o CPC 48 traz são:

- (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Os efeitos da aplicação do CPC 48 nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas dependem da condição econômica em 2018 e dos instrumentos financeiros existentes, portanto na mensuração dos impactos da adoção existe um grau de incerteza.

A Administração realizou uma avaliação preliminar do potencial impacto da adoção da IFRS 9 com base em sua posição em 31 de dezembro de 2017 e concluiu que não haverá impactos significativos.

CPC 47 (IFRS 15) – “Receita de Contratos com Clientes”

- O CPC 47 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e as respectivas interpretações, e traz um modelo que determina como e quando uma receita é reconhecida e por quanto tempo a receita é mensurada. A data de vigência desta norma tem início em ou após 1º de janeiro de 2018.

Esta norma tem como princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente. E traz um modelo baseado em cinco etapas que são: identificação do contrato com o cliente, identificação das obrigações de desempenho, determinação do preço da transação, alocação do preço da transação e reconhecimento da receita.

A Administração da Companhia analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e concluiu que não haverá impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

As receitas com vendas de minério (nota 23) continuarão sendo reconhecidas no momento em que ocorre a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos relacionados ao produto, ou seja, a receita é reconhecida quando o produto é entregue ao transportador.

A receita de serviços (nota 23) continuarão sendo reconhecidas quando for provável a existência de benefícios econômicos associados à transação e com base nos serviços efetivamente realizados até a data do balanço.

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil” - A IFRS 16/ CPC 06 R2 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos.



O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

A norma irá impactar o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a companhia tem em aberto. A Companhia realizou um levantamento dos compromissos com arrendamento mercantil operacional em 31 de dezembro de 2017. O montante destes contratos é de R\$ 1.711 e são de baixo valor, estima-se que cerca de 34% referem-se a pagamentos de arrendamentos de curto prazo que serão reconhecidos linearmente como uma despesa no resultado do exercício.

No entanto, a administração ainda não avaliou quais outros ajustes, se houver, são necessários, por exemplo, devido à alteração na definição do prazo da locação e ao tratamento diferente de pagamentos de arrendamento variável e de opções de extensão e rescisão.

Sendo assim, a companhia ainda não determinou o montante dos ativos de direito de uso e os passivos de locação que terão de ser reconhecidos, bem como os impactos no resultado e na classificação dos fluxos de caixa futuros.

3. EVENTO SIGNIFICATIVO – ROMPIMENTO DA BARRAGEM DE FUNDÃO

Em virtude do rompimento da Barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Samarco incorreu em relevantes impactos contábeis, especialmente relacionados a gastos relativos às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos danos materiais, ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem, assim como as baixas de ativos da Companhia.

A Samarco incorreu em gastos e possui provisões para desembolsos futuros que foram contabilizados e divulgados de acordo com o CPC 25 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

Os impactos contábeis relevantes, advindos do evento significativo, no Balanço Patrimonial, na Demonstração do Resultado e na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão descritos a seguir:



BALANÇO PATRIMONIAL

	NOTA	2017	2016
Ativo Circulante			
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	224	235
Outros ativos (Adiantamento a fornecedores)	(b)	897	3.075
Total ativo circulante		1.121	3.310
Não circulante			
Depósitos Judiciais	(c)	332.750	314.854
Imposto de renda diferido	(d)	14.220	75.804
Imobilizado	(e)	-	(215.672)
Total do ativo não circulante		346.970	174.986
Passivo Circulante			
Fornecedores	(f)	(22.236)	(243.854)
Provisões diversas	(g)	(1.737.222)	(1.634.522)
Outros Passivos (SEMAD)	(i)	(27.069)	(24.886)
Total passivo circulante		(1.786.527)	(1.903.262)
Não circulante			
Provisões para contingências	(h)	(56.879)	(87.542)
Provisões diversas	(g)	(1.786.527)	(5.576.590)
Outros Passivos (SEMAD / Contrato Partes Relacionadas)	(i)	(1.852.226)	(574.959)
Total não circulante		(11.425.806)	(6.239.091)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NOTA	2017	2016
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(j)	(91.410)	(110.765)
Lucro (Prejuízo) bruto		(91.410)	(110.765)
Despesas operacionais			
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica		(4.500.728)	3.437.267
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(k)	(566.529)	(2.068.663)
Provisão para perda de ativo imobilizado		-	1.145
Despesas aporte patrimonial Fundação Renova		(7.000)	(221.390)
Despesas com serviços gratuitos Fundação Renova		(45.106)	(33.679)
Multas provenientes de recuperação socioambiental e socioeconômica		(5.950)	-
Lucro operacional (prejuízo) antes do resultado financeiro		(5.216.723)	1.003.915
Despesas financeiras provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(797.428)	(746.914)
Juros SEMAD		(10.476)	(16.047)
Resultado financeiro	(l)	(6.024.627)	(762.961)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre renda		(6.024.627)	240.954
Imposto de renda	(d)	-	(60.238)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(6.024.627)	180.716

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	NOTA	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes dos impostos		(6.024.627)	240.954
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com caixa gerado pelas atividades operacionais:			
Constituição de provisão para outros passivos	(g)	(4.042.811)	(2.793.690)
Provisão para contingências		(30.663)	-
Provisão para perda de ativos	(e)	(215.672)	(1.145)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Aplicações financeiras em caixa restrito	(a)	11	82.550
Depósitos judiciais	(c)	(17.896)	(11.996)
Outros ativos	(b)	2.178	4.773
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	(f)	(221.618)	192.462
Outros Passivos	(i)	1.279.450	599.845
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(1.186.026)	(1.686.247)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		-	-
Redução total líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(1.186.026)	(1.686.247)

Termo de Compromisso Preliminar (TCP) - Constituição de Garantia Emergencial

Em 16 de novembro de 2015, a Samarco e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público Federal assinaram um Termo de Compromisso Preliminar ("TCP") com o objetivo de estabelecimento pela Samarco de um "fundo/caução socioambiental" no valor total de R\$ 1.000.000, exclusivamente destinado ao custeio de medidas de prevenção, contenção, mitigação, reparação e compensação dos danos socioambientais ou socioeconômicos decorrentes do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão da Samarco.

Conforme o TCP assinado, a Samarco constituiu um fundo em conta remunerada específica no montante de R\$ 500.000 e apresentou garantias no valor de R\$ 500.000.

Os recursos do fundo deveriam permanecer sob a gestão da Samarco, fiscalizados pelo Ministério Público e auditados por empresa externa independente. Entretanto, o montante de R\$ 500.000, destinado a esse fundo e que estava depositado em conta específica, foi objeto de transferência compulsória para uma conta de depósito judicial vinculada a uma contingência tributária, na qual se discute a base de cálculo da CFEM, não relacionada ao rompimento da barragem de Fundão. Essa transferência partiu de uma decisão judicial proferida em 11 de dezembro de 2015 nos autos de execução fiscal em trâmite na 26ª Vara da Justiça Federal de MG. Em março de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) ajuizou execução fiscal (25ª Vara da Justiça Federal) cobrando da Samarco débito de IRPJ (2000 a 2003 e 2007 a 2008). Demonstrou interesse via petição nos autos no valor bloqueado de R\$ 500.000, requisitando a penhora deste valor a seu favor com base em parecer da AGU que

estabelece a preferência dos débitos tributários sobre os demais, exceto trabalhistas. Em 28 de julho de 2017 o juiz responsável pela execução fiscal do IRPJ admitiu o pedido, determinando a penhora deste valor para garantia do débito do IRPJ. Em 02 de fevereiro de 2018 foi determinada a transferência deste valor para conta judicial à disposição do juízo da 25ª Vara Federal (IRPJ).

Em paralelo, a auditoria independente contratada em função do TCP, certificou que em Novembro de 2016, a Samarco efetuou dispêndios superiores a R\$ 1.000.000, cumprindo assim a finalidade para a qual o fundo foi criado, e o próprio objeto deste TCP. Em Setembro de 2017 o Ministério Público de Minas Gerais emitiu a promoção de arquivamento do inquérito.

O processo tributário relacionado à CFEM e ao IRPJ encontra-se detalhado na Nota 19(b).

(a) Aplicações financeiras em caixa restrito

Os montantes aqui referidos são aqueles que não se encontravam disponíveis para utilização imediata. Referem-se a bloqueios judiciais associados a processos diretamente ligados ao rompimento da barragem de Fundão.

(b) Outros ativos

O montante de R\$ 3.075 registrado em 2016 refere-se ao adiantamento a fornecedores relativo aos programas de recuperação de infraestrutura, de recuperação do Reservatório UHE Risoleta Neves em Candongas e também ao programa de contenção de rejeitos e tratamento dos rios impactados pelo rompimento da barragem de Fundão.

O montante de R\$ 897 registrado em 2017 refere-se ao adiantamento a fornecedor relativo aos programas de

monitoramento de água, de recuperação do Reservatório UHE Risoleta Neves em Candongas e a contratação de consultoria e especialistas.

(c) Depósitos judiciais

Por determinação judicial, a Samarco teve o bloqueio de suas contas correntes no montante de R\$ 332.750 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 314.854 em 31 de dezembro 2016) posteriormente transferido para uma conta de depósito judicial relacionado ao processo movido pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais e relacionado ao rompimento da barragem, conforme demonstrado a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO (PROCESSO DE MARIANA)					
	31/12/2016	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos	31/12/2017
Deposito Judicial – Processos Cíveis	314.854	-	(18.603)	-	36.499	332.750

(d) Imposto de renda diferido

Impactos contábeis decorrentes do rompimento da barragem foram considerados como diferenças temporárias para fins fiscais, sendo assim, a Companhia constituiu imposto de renda diferido ativo decorrente desses valores, conforme demonstrado na tabela abaixo.

De acordo com a expectativa de retomada das atividades operacionais da Companhia (Nota 1b), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído em 2017.

E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização do imposto de renda diferido decorrente da Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica e do prejuízo fiscal, a Companhia optou por não efetivar o reconhecimento contábil do imposto de renda diferido sobre as respectivas rubricas.

	2017		2016	
	Base de Cálculo	Imposto de Renda	Base de Cálculo	Imposto de Renda
Provisão para baixa de ativo imobilizado	-	-	215.672	53.918
Provisão para contingências	56.879	14.220	87.542	21.886
		14.220		75.804

(e) Imobilizado

Baixa de ativos imobilizados

Em 31 de Dezembro de 2016, a Samarco registrou provisão para perda no montante de R\$ 215.672 referente ao valor residual dos itens do ativo imobilizado relacionados à Barragem de Fundão. No ano de 2017 a provisão foi estornada, tendo em vista que a baixa contábil se efetivou.

	2017			2016		
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Custo	Depreciação	Valor Líquido
Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos) - Barragem de Fundão	-	-	-	166.260	(28.678)	137.582
Bens em construção – Gastos com elaboração de Projeto e preparação para alteamento da Barragem de Fundão	-	-	-	78.090	-	78.090
	-	-	-	244.350	(28.678)	215.672

Impairment

A Companhia identificou indicadores de ativos que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e realizou teste de *impairment*, conforme descrito na Nota 12.

(f) Fornecedores

Refere-se aos valores a pagar, no valor de R\$ 22.236 (R\$ 243.854 em 31 de dezembro 2016), relacionados aos gastos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão.

(g) Provisões diversas

Como já mencionado na nota 1(a), em 02 de março de 2016, a Samarco, em conjunto com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil, firmou o TTAC, nos autos da Ação Civil Pública movida pela União e outros, nº0069758-61.2015.4.01.3400, em curso perante a 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG, no sentido de estabelecer os programas, que compreendem medidas e ações para reparações e compensações socioambientais e socioeconômicas decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.

Importante notar que figuram como partes do referido Acordo, além da Companhia e de seus acionistas: (i) no âmbito federal, a União, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), a Agência Nacional de Águas ("ANA"), o Departamento Nacional de Produção Mineral ("DNPM") e a Fundação Nacional do Índio ("FUNAI"); (ii) no âmbito de Minas Gerais, o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas ("IEF"), o Instituto Mineiro de Gestão de Águas ("IGAM") e a Fundação Estadual de Meio Ambiente ("FEAM"); e (iii) no âmbito do Espírito Santo, o Estado do Espírito Santo, o Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos ("IEMA"), o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo ("IDAF") e a Agência Estadual de Recursos Hídricos do Espírito Santo ("AGERH").

A própria extensão do TTAC revela a amplitude do seu alcance, contendo em 31 de Dezembro 2017, 42 (quarenta e dois) programas, sendo que desses: (i) 23 (vinte e três) de natureza socioeconômica; e (ii) 19 (dezenove) de natureza socioambiental. Vale ressaltar que permeando tais programas, medidas de cunhos reparatório e compensatório serão implementadas. O TTAC ainda prevê a possibilidade de criação de novos programas, caso necessários ao implemento das ações previstas no acordo.

O referido instrumento é estruturado de forma que autoridades públicas competentes poderão opinar, avaliar, e aprovar os projetos desenvolvidos dentro dos programas, e supervisionarão a execução de todos os programas, por meio de um Comitê Interfederativo. Além disso, foram concebidas figuras de experts e painéis técnicos consultivos a fim de resolver controvérsias técnicas de forma científica, embasada e, principalmente, célere.

O TTAC previu a constituição de uma fundação de direito privado que irá desenvolver e implementar os programas cuja gestão estará sujeita a auditoria independente. O prazo do acordo é de 15 anos, renovável por períodos de um ano, sucessivamente, até que todas as obrigações previstas no TTAC sejam cumpridas.

Nos termos do TTAC, a Samarco é responsável por financiar a Fundação pela duração do referido acordo. Na medida em que a Samarco não cumpre suas obrigações de financiamento de acordo com o TTAC, a Vale e a BHP Billiton Brasil têm obrigações de financiamento proporcional à sua participação na Samarco.

Para o exercício findo de 2017, a Samarco e suas acionistas proveram recursos para a Fundação, conforme abaixo:

- R\$ 2.089.682 em 2016, sendo que destes o montante de R\$ 1.112.195 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$ 283.537 foram retidos pela Ação Civil Pública – ACP na cidade de Mariana e R\$ 693.950 através de depósitos na Fundação. Do total aportado na Fundação Renova em 2016 (R\$ 693.950), Vale e BHP Billiton Brasil repassaram diretamente à Renova, em nome da Samarco, o montante de R\$ 477.488, na proporção de 50% cada.
- R\$ 1.874.831 em 2017, sendo que destes, o montante de R\$ 581.881 foram aplicados diretamente pela Samarco nos programas do TTAC, R\$ 1.280.000 aportados por Vale e BHP Billiton Brasil, na proporção de 50% cada, através de depósitos na Fundação em nome da Samarco e R\$ 12.950 pela Samarco (R\$ 5.950 referente às ações compensatórias com recurso da multa da UHE Candonga – deliberação nº 80 do CIF e R\$ 7.000 referente ao desbloqueio de parte do recurso de ACP Mariana).

Em 2018, o montante total a ser aportado na Fundação Renova é de R\$ 1.965.000. De 2019 a 2021, as contribuições

anuais à Fundação serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, sendo que os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. A partir da assinatura do TTAC, a Fundação alocará um montante anual de R\$ 240.000, por um período de 15 anos, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informados para os seis primeiros anos (2016 – 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 será destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos em determinadas áreas. De 2022 em diante, os valores a serem aportados na Fundação serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação na mesma data. O TTAC não especificou um valor mínimo ou máximo neste período.

O TTAC estabelece, entre outros assuntos, inovações na governança da Fundação para assegurar maior participação das pessoas afetadas e um processo para lidar com uma possível renegociação dos programas destinados a reparar a falha da barragem de Fundão, a ser avaliada após a conclusão do trabalho de especialistas contratados (Peritos) pela Samarco para assessorar o Ministério Público Federal.

Em 25 de junho de 2018 foi estabelecido o TAC Governança que prevê a liquidação da Ação Civil Pública no valor de R\$ 20.000.000, suspensão da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000, ratificação parcial do Acordo e sua declaração formal de validade para as partes envolvidas. Sua homologação ocorreu em 8 de agosto de 2018 na 12ª Vara Federal de Minas Gerais.

Baseado no descrito acima, a Administração, assessorada por consultores externos e especialistas, vem elaborando estudos e planos de ação para a reparação e remediação futuros de danos ambientais e sociais decorrentes do rompimento da barragem, assim como a execução de programas compensatórios conforme estabelecido no TTAC. Em 31 de dezembro de 2017, foi registrada provisão baseada em preços correntes para desembolsos futuros relacionados à obrigação presente que foi gerada pelo rompimento da barragem de Fundão. A extensão, o escopo completo, assim como a temporalidade e o custo dos programas de reparação e remediação futuros estão sujeitos a um elevado grau de incerteza porque dependem da conclusão dos estudos dos especialistas, da elaboração dos planos de ações e também do resultado dos julgamentos das demandas judiciais.

A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando (i) a taxa livre de risco de 8,3340% ao ano, esta baseada em título de 12 anos do Brasil no mercado internacional com data de vencimento para 05 de Janeiro de 2024 obtido na Bloomberg (EJ137186) e (ii) considerando o fluxo de desembolso esperado nos próximos 13 anos até 31 de dezembro de 2030.

(a) Composição

Provisão para :		2017	2016
Programas reparatórios	(g.1)	7.616.117	3.952.511
Programas compensatórios	(g.2)	2.910.668	2.760.202
Outras ações não contempladas no Acordo	(g.3)	727.138	498.399
		11.253.923	7.211.112
Passivo Circulante		1.737.222	1.634.522
Passivo Não Circulante		9.516.701	5.576.590

Com a evolução dos estudos, dos projetos de engenharia, a definição de atividades e abrangência de diversos programas, as estimativas se tornaram mais concretas, e consequentemente a provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica foi atualizada.

Entre as principais ações que contribuíram para o aumento da provisão em relação a revisão anterior, destaca-se:

- Inclusão de novos beneficiados nos programas de auxílio financeiro e indenização aos impactados destinados a pescadores;
- Inclusão de novos elegíveis até 2020 relativos a pescadores profissionais não regulamentado em função da revisão da política de revisão;
- Manutenção dos cartões virtuais para o orçamento de 2019 e 2020, além da inclusão de novos cartões no programa de auxílio financeiro;
- Adequação dos custos do Painel Rio Doce e inclusão dos custos com monitoramento das biodiversidades;
- Indenização Impactados através do Programa de Indenização Mediada (PIM) no que se refere a indenização por fatalidades e impactados em geral, entre outros;
- Replanejamento das atividades e de custos para equipamentos públicos, construção de moradias e infra para reassentamento;
- Novos pacotes para reassentamento: aterro sanitário de Mariana, construção de pontes, serviços jurídicos de gestão fundiária, loteamento habitação social, serviços de contenções, equipe de apoio a compra assistida, equipe de apoio às obras, infraestrutura para sitiantes, due diligence e inteligência empresarial.

(b) Movimentação

Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	2017	2016
Saldo em 31 de dezembro	7.211.112	10.004.802
Realização da provisão	(566.529)	(2.068.663)
Atualização financeira	797.428	746.914
Aumento (redução) da provisão	3.811.912	(1.471.941)
Saldo em 31 de dezembro	11.253.923	7.211.112
Passivo Circulante	1.737.222	1.634.522
Passivo Não Circulante	9.516.701	5.576.590

Conforme evolução das ações e conhecimento dos impactos, mudanças nas premissas chave podem resultar em futuras

alterações substanciais nos valores provisionados em publicações futuras, destacando:

- Método de remoção dos rejeitos remanescentes nos rios: a remoção dos rejeitos remanescentes nas planícies de inundação, das margens de rios desde Santarém até o início da barragem da UHE de Candonga (Risoleta Neves) será mecânica, com utilização de equipamentos típicos de terraplenagem, sem uso de dragagem. Esse método considera custo de remoção orçado por metro cúbico transportado e horas trabalhadas dos equipamentos de carga e de transporte do rejeito.
- Método de remoção dos rejeitos remanescentes na barragem da UHE de Candonga: a remoção dos rejeitos remanescentes na barragem será efetuada por dragagem, também compreende atividades de contenção, conforme descrito abaixo:
 - ✓ Remoção e acomodação de 1,5 milhões de m³ depositados em Candonga que liberará a UHE para retomada de operação (1 milhão de m³ já dragados e 500 mil m³ a dragar);
 - ✓ Construção de três barramentos metálicos para contenção de sedimentos.
- Critérios de indenização dos impactados: O Programa de Indenização Mediada teve início efetivo em outubro de 2016 com o intuito de elaborar e executar um programa de ressarcimento e de indenizações, por meio de negociação coordenada, destinado a reparar e indenizar os impactados. Considera o cadastro, análise e indenização incluindo:
 - ✓ Bens urbanos e privados;
 - ✓ Condições de trabalho e renda individual;
 - ✓ Fatalidade e desaparecidos;
 - ✓ Pescadores, areiros e pequenos comerciantes;
 - ✓ Empresários individuais e microempresários; e
 - ✓ Por falta de água.

Durante o ano de 2017, R\$ 524.588 foram pagos a título de indenização por danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, sendo R\$ 187.338 no programa Auxílio Financeiro Emergencial e R\$ 337.249 de Indenizações. Para 2018, os valores considerados no orçamento e já aprovados pelo Conselho Curador da Fundação são: R\$ 443.906 de Indenizações e R\$ 254.945 no Auxílio Financeiro Emergencial.

- Custos de reparação da UHE de Candonga pela diminuição de vida útil ou para retomada da operação.
 - (g.1) Programas reparatórios: compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem, relacionados no TTAC, cujos principais programas são: levantamento e cadastro dos impactados; proteção e melhoria da qualidade de vida dos povos indígenas; preservação da memória histórica, cultural e artística; comunicação, participação, diálogo e controle social; reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira; recuperação das demais comunidades e infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga; assistência aos animais; auxílio financeiro emergencial aos impactados; revegetação e

recuperação ambiental; conservação da biodiversidade aquática; manejo dos rejeitos decorrentes considerando conformação e estabilização *in situ*, escavação, dragagem, transporte, tratamento e disposição; melhoria dos sistemas de abastecimento de água.

(g.2) Programas compensatórios: compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, nos termos dos programas, relacionados no TTAC, cujos principais são: apoio à pesquisa para desenvolvimento e utilização de tecnologias socioeconômicas aplicadas à remediação dos impactos; recuperação e diversificação da economia regional com incentivo à indústria; estímulo à contratação local; recuperação de áreas de preservação permanente (APP); recuperação de nascentes; fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna silvestre; coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduo sólido; educação ambiental e preparação para emergências ambientais. O total que deverá ser desembolsado para os programas e iniciativas dessa natureza é de R\$ 4.100.000 composto de R\$ 240.000 por ano, por um período de 15 (quinze) anos a partir de 2016. Adicionalmente, a quantia de R\$ 500.000 será disponibilizada exclusivamente para o programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos.

(g.3) Outras ações não contempladas no Acordo: compreendem outros desembolsos necessários para o cumprimento de ações derivadas do rompimento da barragem de Fundão, mas que não foram classificadas nos programas do TTAC.

(h) Contingências

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, trabalhistas e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. Essas ações movidas por indivíduos, empresas privadas, organizações não governamentais (ONGs) e entidades públicas e governamentais buscam remediação e compensação dos impactos ambientais e socioeconômicos, danos materiais e morais e perda de vidas, além de uma série de compensações para os municípios afetados.

Esses processos judiciais incluem ações civis públicas movidas por promotores estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensores públicos estaduais em Minas Gerais e no Espírito Santo, defensoria da União e procuradores federais. Dada a situação preliminar de todos esses processos, a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, que estão detalhadas nos próximos parágrafos, não é possível neste momento fornecer uma gama de resultados possíveis ou uma estimativa confiável de exposições futuras.

Além disso, foram iniciadas e estão em andamento investigações governamentais sobre o rompimento da barragem de Fundão por órgãos ambientais, regulatórios e autoridades policiais do governo brasileiro.

Conforme definido no TTAC, as reivindicações de vários processos movidos contra a Samarco estão abrangidas neste Acordo. Quaisquer reclamações envolvendo qualquer assunto estabelecido no TTAC devem procurar ser desconsideradas por resolução de mérito ou agrupamento conjunto de reclamações. Conforme mencionado no item (g) acima, as perdas estimadas nos créditos cobertos pelo TTAC foram incluídas como parte das diversas provisões para reparação de danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

A Companhia foi autuada pelas agências ambientais, sendo autuada pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) devido aos danos ambientais causados pela descarga de resíduos sólidos e líquidos (rejeitos de mineração) nas águas do Rio Doce, e autuada pela SEMAD (Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), e IEMA-ES (Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) por causar poluição e degradação ambiental resultando em danos aos recursos hídricos. A Samarco apresentou sua defesa contra essas acusações e está aguardando uma resposta das agências. Os autos de infração totalizam R\$ 887.348 (R\$ 819.966 - 31 de dezembro de 2016). Perdas e saídas resultantes são classificadas como possíveis.

Em relação à Ação Civil Pública nº 0043356-50.2015.8.13.0400, proposta pelo Ministério Público de Minas Gerais visando a reparação integral aos atingidos de Mariana, foi interposto recurso. Existe ação cautelar, na qual foi bloqueado o valor de R\$ 300.000 na conta bancária da Samarco para uso compensatório e medidas de remediação exigidas por essa Ação Civil Pública. A Samarco recorreu a esta Ação, no entanto, em 4 de dezembro de 2017, o tribunal de Apelação negou o recurso e manteve a decisão que congelou tal quantia. Parte do valor foi desbloqueado em decorrência de investimentos em ações emergenciais/recuperação mediante acordo com o MPMG.

Em 02 de outubro de 2018 Samarco, VALE, BHP Billiton Brasil e Ministério Público de Minas Gerais firmaram acordo para endereçar o pagamento de indenizações naquela comarca mediante utilização dos recursos bloqueados na ação cautelar. Conquanto a ação fora extinta, os valores originalmente bloqueados na ação cautelar serão empregados para o pagamento de parte das indenizações.

Em 3 de maio de 2016, o Ministério Público Federal interpus ação civil pública contra a Samarco e seus acionistas visando a reparação integral, indenização e danos morais por conta dos danos ambientais causados pelo rompimento da barragem de Fundão, requerendo (i) adoção de medidas para mitigar os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e outras medidas de emergência, (ii) pagamento de indenização à comunidade e (iii) pagamento de dano moral coletivo. O valor da ação inicial reivindicado pelo Ministério Público Federal é de R\$ 155.000.000.

Em 30 de novembro de 2015, o Governo Federal do Brasil, estados do Espírito Santo e Minas Gerais e outras autoridades públicas instauraram coletivamente uma ação civil pública perante a 12ª Vara Federal de Belo Horizonte contra a Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, buscando a criação de um fundo de até R\$ 20.000.000 para agregar aos custos de limpeza e danos.

Em 18 de janeiro de 2017, o Ministério Público Federal, a Samarco e seus acionistas assinaram um acordo preliminar ("TAP" ou "Acordo Preliminar") com o Ministério Público Federal, que delinea o processo e cronograma para novas negociações para um acordo sobre as ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000. Este Acordo Preliminar prevê a nomeação de especialistas para avaliar os programas em matéria de remediação ambiental e social e avaliação e acompanhamento de programas no âmbito do TTAC.

As conclusões dos consultores especializados não vinculados a Samarco, a Vale, a BHP Billiton Brasil, serão consideradas na negociação de um acordo final com o Ministério Público.

Nos termos do Acordo Preliminar, a Samarco e seus acionistas concordaram também em ofertar garantias ("Caução Provisória") no montante de R\$ 2.200.000, a contratação de especialistas aos procuradores federais e a realização de audiências públicas. Como resultado, foi estimado o montante de R\$ 34.000 para o financiamento dessas medidas no período compreendido entre março de 2017 e março de 2018. Para custeio das atividades dos experts a serviço do MPF, a saber Ramboll, Lactec e Fundo Brasil de Direitos Humanos, no sobredito período, foram empregados R\$ 40.285. Para o segundo ano de trabalho dos experts, por força do acordo, estima-se que a quantia empregada será superior, considerando efetivo trabalho do Fundo Brasil e da Fundação Getúlio Vargas que estará à frente da elaboração de diagnóstico de danos socioeconômicos decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. A Samarco ainda não tem condições de estimar o valor necessário para custeio dos trabalhos dos experts para o segundo ano considerando que ainda não recebeu a proposta técnico comercial da FGV para todo o período do segundo ano de trabalho.

Em 24 de janeiro de 2017, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil apresentaram as garantias ao Tribunal que permanecerão em vigor por até 24 (vinte e quatro) meses após a homologação do TAC de Governança. Após uma série de prorrogações, em 25 de junho de 2018, as partes chegaram a um acordo sob a forma do TAC Governança.

O Acordo Preliminar firmado na Ação Civil Pública de Ponte Nova prevê a destinação de R\$ 200.000 para serem empregados em ações reparatórias nas regiões circunscritas naquela Comarca. Esta quantia foi aportada para programas na Fundação, e não representou acréscimo no valor de aportes previstos para 2018.



Em 25 de junho de 2018, a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil, e demais partes envolvidas, o Ministério Público e as Defensorias Públicas celebraram um acordo que extingue a Ação Civil Pública de R\$ 20.000.000 e aumenta a participação da comunidade nas decisões relacionadas ao processo de reparação. O Acordo estabelece um processo para renegociar os programas ao longo de dois anos, a fim de promover a liquidação da Ação Civil Pública no valor de R\$ 155.000.000 (TAC Governança). A renegociação dos programas será baseada em certos princípios acordados, tais como reparação integral de acordo com a legislação brasileira, com exigência de uma base técnica para quaisquer mudanças propostas, considerando as conclusões de peritos nomeados pela Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil, dos peritos nomeados pelos Procuradores e considerando do posicionamento das comunidades impactadas. Durante o período de renegociação e até que as revisões dos programas sejam acordadas, a Fundação continuará a implementar os programas de acordo com os termos do Acordo Preliminar e do TAC Governança.

O TAC de Governança, foi homologado pela 12ª Vara Federal de Minas Gerais no dia 8 de agosto de 2018, produzindo entre outros efeitos, a extinção da ACP de R\$ 20.000.000 e suspendendo a Ação Civil Pública de R\$ 155.000.000 por um período de 2 anos a partir da sua homologação.

O TAC Governança mantém a garantia provisória prestada no âmbito do Acordo Preliminar por um período de 30 meses, após o qual a Samarco, a Vale e a BHP Billiton Brasil serão requeridos a fornecer a segurança de um valor equivalente ao orçamento anual da Fundação até o limite de R\$ 2.200.000.

A administração também considerou outras reivindicações classificadas como possíveis e / ou prováveis que se encontram na fase inicial e que apresentam incertezas significativas devido a duplicidade dos pedidos solicitados nestas ações e as reivindicações constantes nas ações de R\$ 20.000.000 e R\$ 155.000.000, à definição dos montantes envolvidos, ao prazo de compensação, e outras decisões judiciais e extrajudiciais.

Outros processos e investigações governamentais relacionados ao rompimento da barragem de Fundão podem ser movidos contra a Companhia e seus acionistas. Até que novos fatos sejam desenvolvidos e as incertezas já mencionadas resolvidas, não é possível fornecer uma gama de resultados ou uma estimativa confiável das obrigações da Samarco decorrentes dessas questões. Como tal, uma provisão não foi reconhecida ou um passivo contingente quantificado para estas reivindicações. Somente na plenitude do tempo e no desenvolvimento natural das disputas e da maturidade do processo, com novos assentamentos alcançados e / ou decisões legais, será possível compreender a magnitude real dos impactos e a exposição da Companhia. Esses itens podem levar a impactos significativos nas provisões e resultar em

novos ajustes às provisões existentes e / ou no reconhecimento de novas provisões para desembolsos que não podem ser projetados e / ou mensurados atualmente.

(i) Outros Passivos

A Samarco foi autuada pela SEMAD em R\$ 127.500. A Samarco requereu o parcelamento do valor em 60 meses. A primeira parcela, correspondente à 5% (cinco por cento) do montante, foi paga em dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2017, conforme detalhado na Nota 21, o montante de R\$ 27.069 (R\$ 24.886 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a 12 parcelas de curto prazo e o valor de R\$ 94.738 (R\$ 97.471 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a 42 parcelas de longo prazo, atualizadas pela SELIC.

Em 30 de dezembro de 2016 foram firmados contratos entre Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil de reconhecimento da obrigação da Samarco em pagar aos seus acionistas os valores aportados pelos mesmos para a Fundação Renova. Os aportes são para cumprir com as obrigações previstas no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) firmado com os órgãos no âmbito Estadual e Federal. Em 31 de dezembro de 2017 os valores aportados totalizaram R\$ 1.757.488, sendo R\$ 1.280.000 aportado somente no ano de 2017 (R\$ 477.488 em 31 de dezembro de 2016).

As informações referentes ao TTAC estão detalhadas nesta Nota 3(g).

(j) Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

A Companhia incorreu em custos para manutenção e reparação de instalações afetadas pelo rompimento da barragem de rejeitos de Fundão (sobre serviços de terceiros, materiais de construção, combustíveis, dentre outros). O valor total de R\$ 66.755 (R\$ 214.101 em 31 de dezembro de 2016) foi registrado como capacidade ociosa, conforme nota 24.

(k) Outras despesas operacionais

Despesas para recuperação socioambiental e socioeconômica.

A composição das despesas relacionadas às medidas de prevenção, reparação, contenção e compensação dos impactos ambientais e sociais resultantes do rompimento da barragem de Fundão, incorridas em 2016, encontram-se demonstradas abaixo:



	2017		2016	
	Incorridas	Provisionadas	Incorridas	Provisionadas
Programas reparatórios	415.836	7.616.117	1.618.491	3.952.511
Programas compensatórios	8.084	2.910.668	11.915	2.760.202
Ações não contempladas no Acordo	142.609	727.138	438.257	498.399
	566.529	11.253.923	2.068.663	7.211.112

A descrição da natureza de cada uma das despesas incluídas no quadro acima, estão detalhadas na Nota 3(g).

(l) Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto de: (i) despesa financeira R\$ 797.428 (R\$ 746.914 em 31 de dezembro de 2016) proveniente da atualização da provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica, calculada a valor presente. A taxa utilizada está descrita na nota 3(g); (ii) R\$ 10.476 (R \$16.047) de juros incorridos da multa ambiental aplicada pela SEMAD, conforme nota 3(i).

(m) Investigações

Logo após o rompimento da barragem de Fundão, a Companhia, em conjunto com seus acionistas, contratou investigação externa com objetivo de identificar as causas do rompimento da barragem de Fundão. A divulgação pública dos resultados foi realizada ao final do mês de agosto de 2016.

A Companhia e os seus acionistas estão analisando todos os resultados, que também foram compartilhados com a Polícia Federal e o Ministério Público, entre outros órgãos envolvidos com os processos de investigação. Além de subsidiar os inquéritos policiais em andamento e as medidas judiciais, as informações fornecidas auxiliarão a Companhia e o setor mineral como um todo na busca por padrões mais elevados de segurança operacional, para que ocorrências dessa natureza nunca mais se repitam.

Em 22 de outubro de 2016, o Ministério Público Federal ofereceu denúncia contra a Companhia, suas acionistas e 22 pessoas físicas, referente ao rompimento da Barragem de Fundão, e foi autuada sob o nº 0002725-15.2016.4.01.3822. Foram imputados à Companhia os crimes ambientais previstos nos artigos 29, caput, §1º, incisos I e II, § 4º, incisos I, III, V e VI, art. 33, art. 38, art. 38-A, art. 40, caput, §2º, art. 49, art. 50, art. 53, incisos I e II, alíneas "c", "d" e "e", art. 54, § 2º, incisos I, III, IV e V c/c art. 58, inciso I, art. 62, inciso I, todos da Lei n. 9.605/98, em concurso com os crimes previstos nos artigos. 68, 69 e, por duas vezes, no art. 69-A, §2º, da Lei nº 9.605/98. A denúncia foi recebida em 17 de novembro de 2016. Após o exame minucioso dos documentos e questões jurídicas relacionadas ao objeto do processo, a resposta da Samarco à acusação foi apresentada dentro do prazo legal e o processo encontra-se tramitando.

(n) Seguros

Desde o rompimento da barragem de Fundão, em 05 de novembro de 2015, a Companhia tem negociado com

suas seguradoras contratadas para receber a indenização das apólices de risco operacional, responsabilidade civil geral e riscos de engenharia. Qualquer pagamento de indenizações dependerá da conclusão dos trabalhos de avaliação da equipe de avaliadores sobre o relatório independente da causalidade, definição de cobertura e avaliação do montante da perda. Nenhum seguro a receber foi reconhecido para quaisquer recuperações monetárias amparadas por estas apólices em 31 de dezembro de 2017.

(o) Compromissos

Após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, ocorrido em 05 de novembro de 2015, a Companhia utilizou a cláusula de força maior dos contratos de longo prazo com os fornecedores e prestadores de serviços para a suspensão das obrigações contratuais, com exceção do contrato de energia elétrica.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada abaixo:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos					
No país		1.439	1.270	1.439	1.270
No exterior	(a)	40.890	-	41.290	7.403
Aplicações financeiras					
No exterior	(b)	13.239	46.437	14.744	48.974
No país		-	5	-	5
		55.568	47.712	57.473	57.652

(a) Contas correntes denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior.

(b) Aplicações financeiras de curto prazo denominadas em US\$ junto a instituições financeiras no exterior, cujos rendimentos são atrelados a taxas pré-fixadas.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS EM CAIXA RESTRITO

A composição do saldo das aplicações financeiras, em caixa restrito, encontra-se detalhada abaixo:

Aplicações financeiras	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Caixa restrito	1.130	235	1.130	256
Total	1.130	235	1.130	256

Do valor total de R \$1.130 (R\$ 235 em 31 de dezembro de 2016), R\$ 224 encontra-se restrito por determinação judicial em decorrência do rompimento da Barragem de Fundão (Nota 3(a)). O valor remanescente de R\$ 906 refere-se a recursos mantidos e aplicados em contas bancárias específicas ("collection account") vinculadas a alguns empréstimos e financiamentos bancários.

6. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo das contas a receber encontra-se detalhada a seguir:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Cientes no país	(a)	21.649	24.682	21.649	24.681
Cientes no exterior	(b)	18.288	19.971	18.304	14.106
Perdas para créditos de liquidação duvidosa	(c)	(22.794)	(28.171)	(24.140)	(29.498)
		17.143	16.482	15.813	9.289

(a) O valor a receber de clientes no país está relacionado à venda de energia, locação de área portuária e venda de estoque de suprimentos, uma vez que as operações produtivas de minério estão paralisadas.

(b) O saldo consolidado de R\$ 18.304 em 2017, originou-se dos valores a receber de clientes de minério no exterior (R\$ 14.106 em 2016).

(c) As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de R\$ 22.794 em 2017, na controladora e

R\$ 24.140 no consolidado (R\$ 28.171 e R\$ 29.498 em 2016, respectivamente), são constituídas por meio da análise individual dos clientes, considerando as faturas vencidas há mais de 60 dias. A provisão na controladora não inclui valores a receber de vendas efetuadas para a controlada Samarco Finance.

A composição do saldo das contas a receber, classificadas por vencimento, encontra-se detalhada abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	13.778	8.577	13.809	8.583
Vencidos até 30 dias	375	651	375	651
Vencidos de 31 a 60 dias	62	55	62	55
Vencidos de 61 a 90 dias	-	123	-	123
Vencidos há mais de 90 dias	25.722	35.247	25.707	29.375
	39.937	44.653	39.953	38.787

7. ESTOQUES

A composição e a movimentação do saldo dos estoques encontram-se detalhadas a seguir:

(a) Composição

	CONTROLADORA	
	2017	2016
Produtos acabados	1.263	197
Produtos em elaboração	7.410	10.679
Insumos	87.123	98.545
Materiais de consumo e manutenção	267.191	269.244
Provisão para obsolescência dos estoques	(6.190)	(10.957)
Adiantamentos a fornecedores	15	37
Total	356.812	367.745
Ativo circulante	8.688	328.257
Ativo não circulante	348.124	39.488
	356.812	367.745

(b) Movimentação

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Movimentação produtos acabados				
Saldo em 31 de dezembro	197	13.689	197	85.570
Adições	-	303	-	303
Baixas por venda	-	(10.277)	-	(63.631)
Adição (baixa) por ajuste de inventário	1.759	(2.575)	1.759	(2.575)
Adiantamento a fornecedor	-	-	-	(7.068)
Conversão	(693)	(943)	(693)	(12.402)
Saldo em 31 de dezembro	1.263	197	1.263	197

A Companhia avaliou os seus estoques em 31 de dezembro de 2017, e concluiu que os mesmos não excedem aos valores de realização. Considerando que não há uma estimativa confiável de como e quando as operações da Samarco serão retomadas, no ano de 2016, os materiais de consumo que eram de uso exclusivo nas manutenções das plantas de concentração nº 1 e de pelotização nº 1 e 2, foram reclassificados para estoques de longo prazo. No ano de 2017 além do estoque de materiais de consumo, os insumos também foram classificados para estoques longo prazo. Desta forma, mantêm-se no curto prazo apenas os produtos acabados, os produtos em elabora-

ção e adiantamento a fornecedores.

Em 2017 a Administração revisou os critérios de obsolescência dos estoques e identificou a necessidade de um aumento da provisão de R\$ 4.767 (R\$ 3.541 em 2016).

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
ICMS – Minas Gerais (MG)	(a)	76.688	76.902	76.688	76.902
ICMS – Espírito Santo (ES)	(b)	1.492.353	1.499.399	1.492.353	1.499.399
Provisão para perdas sobre ICMS - ES	(b)	(1.492.353)	(1.499.399)	(1.492.353)	(1.499.399)
PIS e COFINS	(c)	20.397	21.324	20.397	21.324
Imposto de renda a recuperar	(d)	3.457	79.916	3.457	79.916
IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras		9.274	9.274	9.274	9.274
Outros		52.746	1.845	52.747	1.850
Total		162.562	189.261	162.563	189.266
Ativo circulante		85.874	112.359	85.874	112.364
Ativo não circulante		76.688	76.902	76.689	76.902
Total		162.562	189.261	162.563	189.266

(a) Referem-se principalmente a créditos na aquisição de ativo imobilizado.

(b) Referem-se a créditos na aquisição de ativo imobilizado, insumos, materiais e outros. Tendo em vista o histórico de não realização dos créditos de ICMS com o Estado do Espírito Santo, a Companhia constituiu provisão para perdas de 100% sobre tais créditos.

(c) Os créditos de PIS e de COFINS referem-se principalmente às aquisições de materiais, insumos, energia elétrica e de ativo imobilizado, cuja apropriação ocorre em 12 meses pela razão de 1/12 por mês. A realização desses créditos ocorre mensalmente por meio da sua compensação com outros tributos federais. No ano de 2017 foram realizados somente os créditos referentes às aquisições de energia elétrica, visto que as operações atualmente estão paralisadas.

(d) Imposto de renda a recuperar referente a estimativas mensais recolhidas a maior.

9. OUTROS ATIVOS

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Seguros a recuperar		61	61	61	61
Valor a receber de energia elétrica	(a)	28.761	11.648	28.761	11.797
Consórcio UHE Guilman-Amorim		3.188	4.485	3.188	4.485
Adiantamentos a empregados		5.056	7.222	5.054	7.326
Adiantamento a fornecedores	(b.1)	1.929	3.081	1.929	3.081
Outros		120	118	123	131
Circulante		39.115	26.615	39.116	26.881
COHESA	(c)	17.275	17.103	17.275	17.103
(-) Ajuste a valor presente COHESA	(c)	(1.238)	(914)	(1.238)	(914)
Valores a recuperar de seguro		-	3.978	-	3.978
Adiantamento a empregados		951	2.415	951	2.415
Adiantamento a fornecedores	(b.2)	44.085	44.085	44.085	44.085
Outros		1.368	1.369	1.550	1.369
Não circulante		62.441	68.036	62.623	68.036

- (a) Refere-se basicamente à recebimento de indenização relativa a diferença entre a energia mensal contratada x energia medida consolidada, e à venda de excedentes de energia elétrica adquiridas para o processo produtivo, porém não utilizadas.'
- (b) Adiantamentos a fornecedores:
- (b.1) Deste valor, o montante de R\$ 897 (R\$ 3.075 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a adiantamento a fornecedor relativo aos programas de monitoramento de água, de recuperação do Reservatório UHE Risoleta Neves em Candongas e outros adiantamentos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão (Nota 3 (b)).
- (b.2) Pagamento antecipado de R\$ 44.085, à Vale pelo arrendamento parcial dos direitos minerários de "Conta História Norte" e "Alegria" (áreas de exploração minerária). A Vale é responsável pela manutenção integral dos direitos até a data de averbação do arrendamento, pela autoridade competente.
- (c) A Companhia repassa recursos para a Cooperativa Habitacional dos Empregados da Samarco - COHESA, por meio de convênio para implantação de plano habitacional assinado em 1.º de março de 1994, objetivando financiamento para aquisição de imóveis pelos empregados, com prazos que variam de 8 a 25 anos. Os valores repassados serão recebidos em sua totalidade quando do encerramento do Plano Habitacional Samarco - PHS, ou seja, na liquidação do financiamento pelos empregados. Os saldos a receber da COHESA estão ajustados a valor presente. Os juros cobrados pela COHESA são atualizados pelos índices de correção salarial coletivos, praticados pela Companhia.

10. INVESTIMENTOS

A Companhia registrou resultado positivo de equivalência patrimonial em suas controladas de R\$ 539 em 2017 (R\$ 9.246 negativo em 2016). A Companhia recebeu dividendos provenientes de investimentos em controladas no valor de R\$ 1.197 (R\$ 31.111 em 2016) e nenhuma das investidas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

	Participação	Quantidade de ações ou quotas	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Patrimônio líquido	Total de passivos	Receita	Custos e despesas	Resultado do exercício
2017											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	1.504	-	1.504	1.347	157	1.504	-	35	35
Samarco Iron Ore Europe B.V.	100%	180	14.440	3.844	18.284	3.499	14.785	18.284	4.700	(4.196)	504
		Total	15.944	3.844	19.788	4.846	14.942	19.788	4.700	(4.161)	539
2016											
Samarco Finance Ltd.	100%	50.000	8.518	-	8.518	7.226	1.292	8.518	127.648	(130.723)	(3.075)
Samarco Iron Ore Europe B.V.	100%	180	13.072	3.736	16.808	2.531	14.277	16.808	7.097	(13.268)	(6.171)
		Total	21.590	3.736	25.326	9.757	15.569	25.326	134.745	(143.991)	(9.246)

11. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

		Acionistas		Controladas		Controladora		Consolidado	
		BHP	Vale	Samarco Finance	Samarco Europe	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante									
Contas a receber	(a)	-	88	1.362	-	1.450	7.313	88	88
Ativo não circulante									
Outros ativos (Nota 9 (b.2))		-	44.085	-	-	44.085	44.085	44.085	44.085
Imobilizado	(d)	-	39.780	-	-	39.780	42.312	39.780	42.312
Passivo circulante									
Fornecedores (Nota 14)		-	107	-	-	107	97.836	107	97.836
Outros passivos (comissões/serviços a pagar) (Nota 21)		-	-	-	13.351	13.351	11.202	-	-
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15)		1.256.470	1.256.470	-	-	2.512.940	912.548	2.512.940	912.548
Encargos Financeiros (Nota 15)		20.222	20.222	-	-	40.444	6.056	40.444	6.056
Outros Passivos (Nota 21)		-	-	-	817	817	975	-	-
Passivo não circulante									
Dividendos (Nota 22)		1.402.774	1.402.774	-	-	2.805.548	2.805.548	2.805.548	2.805.548
Direitos Minerários (Nota 20)	(b)	-	112.222	-	-	112.222	112.222	112.222	112.222
Outras Contas a Pagar País – Partes Relacionadas	(c)	878.744	878.744	-	-	1.757.488	477.488	1.757.488	477.488
Demonstração do resultado									
Receitas	(a)	-	-	-	-	-	127.648	-	-
Despesas com vendas		-	-	-	(4.700)	(4.700)	(7.097)	-	-
Despesas financeiras		(17.194)	(17.194)	-	(23)	(34.411)	(130)	(34.388)	-

(a) O saldo de contas a receber e receitas da controlada Samarco Finance refere-se à venda de minério de ferro, adquirido da Controladora e vendido no mercado externo a terceiros.

(b) A Companhia celebrou em novembro de 1989, com a Vale, um contrato de transferência de direitos minerários.

rios para exploração de jazidas de minério de ferro. O contrato rege que a Vale cedeu e transferiu à Samarco direitos de exploração sobre duas reservas minerais.

O valor do contrato observou o pagamento dos direitos minerários: (i) Pagamento único efetuado no montante de R\$ 19.972, e (ii) Pagamentos variáveis correspondentes a 4% sobre o valor bruto dos dividendos pagos pela Samarco aos seus acionistas até a exaustão das reservas.

O preço pactuado no contrato não é fixo, sendo estabelecido como um percentual sobre os dividendos brutos pagos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2017 não houveram pagamentos.

(c) Aporte dos Acionistas Vale e BHP Billiton Brasil para a Fundação, conforme descrito na Nota 3 (i).

(d) Bens cedidos em comodato para a Vale.

Remuneração do pessoal-chave da administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da administração estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Remuneração (i)	9.205	12.300
Plano de assistência médica	57	91
Previdência privada	715	1.097
Seguro de vida	84	122
Total	10.061	13.610

(i) Inclui ordenados, salários, participação nos lucros, bônus e indenização.

São consideradas pessoas chave da Administração os membros da diretoria e os gerentes gerais.

12. IMOBILIZADO

Em 2017, assim como em 2016, os investimentos realizados corresponderam às necessidades atuais da Companhia .

A composição do saldo das contas de ativo imobilizado encontra-se detalhada abaixo:

	CONSOLIDADO									CONTROLADORA
	Terrenos	Instalações industriais (edifícios, máquinas e equipamentos)	Mineroduto e sistemas correlatos	Descomissionamento de planta	Equipamento de processamento eletrônico de dados e móveis e utensílios	Embarcações e veículos	Ferramentas, bens de rodízio e bens de massa	Bens em construção	Total	Total
Custo										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	198.785	14.018.681	7.673.074	282.272	183.402	457.284	233.906	276.234	23.323.638	23.321.925
Adições (a)	-	-	-	-	-	-	-	51.463	51.463	51.463
Provisão baixa (Barragem Fundão) (b)	-	166.260	-	-	-	-	-	78.089	244.349	244.349
Transferências – entradas (c)	1.632	186.960	98.764	(107.720)	32.960	13.274	31.617	-	257.487	257.487
Transferências – saídas	-	-	-	-	-	-	-	(257.487)	(257.487)	(257.487)
Alienações	-	(156.477)	(16.046)	-	(447)	-	-	(78.089)	(251.059)	(250.659)
Efeito das variações das taxas de câmbio (d)	3.113	237.134	122.303	(79.905)	5.038	10.418	7.983	29.257	335.341	335.361
Saldo em 31 de dezembro de 2017	203.530	14.452.558	7.878.095	94.647	220.953	480.976	273.506	99.467	23.703.732	23.702.439
Depreciação acumulada										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	(3.872.846)	(1.508.718)	(23.010)	(124.751)	(181.522)	(58.980)	-	(5.769.827)	(5.768.485)
Depreciação no período	-	(121.793)	(5.685)	(4.590)	(13.606)	(24.969)	(7.693)	-	(178.336)	(178.179)
Provisão baixa (Barragem Fundão) (b)	-	(28.678)	-	-	-	-	-	-	(28.678)	(28.678)
Alienações	-	27.932	2.549	-	416	-	-	-	30.897	30.518
Efeito das variações das taxas de câmbio (d)	-	(133.315)	(22.975)	1.155	(8.232)	(12.831)	(5.324)	-	(181.522)	(181.509)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	(4.128.700)	(1.534.829)	(26.445)	(146.173)	(219.322)	(71.997)	-	(6.127.466)	(6.126.333)
Saldo										
Em 31 de dezembro de 2016	198.785	10.145.835	6.164.356	259.262	58.651	275.762	174.926	276.234	17.553.812	17.553.440
Em 31 de dezembro de 2017	203.530	10.323.858	6.343.266	68.202	74.780	261.654	201.509	99.467	17.576.266	17.576.106

(a) Durante o ano de 2017 as adições resultaram em um montante de R\$ 51.463 (2016 R\$ 45.492). Das adições, cabe destacar os principais projetos em 31 de dezembro de 2017: Sobressalentes capitalizáveis R\$ 12.839, automatizar operações de estocagem e embarque R\$ 6.035, radares de monitoramento de estruturas R\$ 5.759 e reposição de rejeitos na cava “Alegria Sul” R\$ 5.299.

	Data de início	Data final	2017	2016
Sobressalentes Germano/ Ubu	2014	2017	12.839	6.566
Automatizar as operações de Estocagem e Embarque	2014	2017	6.035	1
Radares Monitoramento Estruturas	2017	2017	5.759	-
PCN Reposição de Rejeitos na Cava Fase I	2016	2017	5.299	9.419
Inclinômetros SAA	2017	2017	2.696	-
Impermeabilização Canal Pilha João Manoel	2017	2017	2.090	-
Aquisição de Terrenos - Candonga F1	2016	2017	1.916	6.478
Plano de Estabilização de Taludes Industriais	2016	2017	1.830	545
Gastos de Capital UHE Guilman Amorim	2016	2017	1.812	2.481
Instalação Instrumentos Barragens	2017	2017	1.168	-
Instrumentação e Automação Instrumentos	2017	2017	1.100	-
Encurtamento da CV02	2017	2017	1.011	-
Aquisição de ferramentas da GMU	2016	2017	812	744
Eletrocentro da automação instrumentação	2017	2017	676	-
Implantação sistema bloqueio lógico	2017	2017	472	-
Aquisição equipamentos da hidrogeologia	2017	2017	399	-
Aquisição acelerômetro e sismômetros	2017	2017	374	-
Estruturas de drenagem para as áreas de lavra e pilhas de estéreis	2016	2017	328	1.978
Reforma e ampliação do restaurante de germano	2013	2017	307	1.795
Adequação acesso área alfandega e integr. Dados	2016	2017	163	1.101
Controle da implantação do projeto de gestão de riscos críticos	2016	2017	104	632
Precipitador 06FE003 da usina 3 (Reforma)	2016	2017	64	1.526
Nova área de descarregamento de insumos do beneficiamento	2014	2017	11	797
Terrenos	2014	2016	-	3.319
Repotenciamento TCLDS e Britagem CIII	2016	2016	-	1.149
SCAP Pelotamento U4	2016	2016	-	812
Instrumentação de pilhas de estéril	2016	2016	-	707
Rede Básica Germano	2010	2016	-	474
Reparo de defeitos amassamento reportados pelo Pig Pipeway M3	2016	2016	-	468
Substituição da frota do atual contrato PBTH	2014	2016	-	24
Efluentes industriais e água em Ubu 2793	2014	2016	-	5
Outros			4.198	4.471
Total			51.463	45.492

(b) Provisão para perda de ativos imobilizados associados ao evento do rompimento da Barragem de Rejeitos de Fundão foi estornada conforme descrito na Nota 3(e).

(c) Os investimentos em ativo imobilizado e intangível são registrados na rubrica Bens em Construção. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) dos bens para as respectivas contas de imobilizado e intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.

(d) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).

12.1 Análise do valor recuperável (*impairment*)

Em decorrência da paralização das operações da Companhia em Mariana, como consequência do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Samarco identificou

indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e efetuou teste de “*impairment*” no exercício.

A avaliação do valor recuperável dos ativos foi realizada com base em fluxos de caixa projetados, considerando a Companhia como uma única unidade geradora de caixa (UGC). Para realizar as projeções de fluxo de caixa, foi considerado: (i) vida útil estimada das minas da Samarco; (ii) premissas e orçamentos aprovados pela Administração da Companhia para o período correspondente a vida útil estimada; (iii) taxa de desconto que deriva da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (weighted average cost of capital – WACC); (iv) projeções de mercado em relação às taxas de câmbio (Real/Dólar Americano); (v) projeções de mercado em relação à cotação do preço da pelota de minério de ferro (BF e DR).

As principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa para determinar o valor em uso da UGC foram: WACC de 11,3%; taxa média alcançando 3,8% no longo prazo; taxa de câmbio média para 2018 de R\$ 3,36, alcançando R\$ 3,93 no longo prazo; preço médio da pelota BF e DR, conforme índice Platts e prêmio de pelota projetado por analistas de mercado e referências internacionais de frete marítimo.

Na avaliação da recuperabilidade dos ativos não financeiros de longo prazo, com base nos fluxos de caixa projetados, realizada para 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para *impairment* de ativos.

É importante ressaltar que os insuficientes recursos de caixa disponíveis para atender à obrigação da Companhia, bem como as incertezas quanto ao momento em que a Companhia retomará suas operações, levantam dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia de continuar a operar (Nota 1).

12.2 Valor residual

A Companhia adota como política estender ao máximo a vida útil de seus ativos, por meio da realização de manutenções preventivas e corretivas. Tais políticas permitem manter seus ativos em perfeito funcionamento e produzindo por longos períodos de tempo até que efetivamente se tornem obsoletos ou sucateados. Portanto não há expectativa de recuperação de valores na venda de ativos imobilizados, ou que seus valores residuais aproximam-se de zero.

12.3 Bens em garantia

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possuía bens dados em garantia para lastrear processos judiciais. Esses bens estão registrados como ativo Imobilizado e compreendem máquinas e equipamentos, terrenos e sistemas

correlatos cujo valor contábil líquido é de R\$ 3.139.517 (R\$ 4.194.059 em 2016). Para 2017 houve decréscimo de ativos imobilizados dados em garantias em processos associados à Barragem de Fundão (ações civis públicas) no montante de R\$ 390.506 e contingências de tributos relativos a IRPJ/IRRF no montante de R\$ 555.060.

12.4 Vida útil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a companhia concluiu no decorrer do ano de 2017 que as vidas úteis residuais de seu complexo industrial transcorreram normalmente, haja vista que não ocorreram alterações no uso esperado do ativo, que é avaliado com base na capacidade ou na produção física esperada do mesmo. Portanto não houve mudanças nos padrões de uso do imobilizado da Samarco em 2017, ou seja, suas vidas úteis estão compatíveis com o benefício esperado de seu complexo industrial.

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo imobilizado, assim como a vida útil por natureza contábil dos bens, utilizada para calcular a depreciação, com base no método das unidades produzidas para os itens diretamente relacionados às respectivas áreas produtivas e o método linear de depreciação para os restantes:



Item	Descrição das contas	2017		2016	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Edifícios	Prédios, galpões, guaritas, pavimentações e benfeitorias de obras civis.	30	10 a 50	33	10 a 50
Máquinas e equipamentos	Forno, discos de pelotização, ship loader, carregadeiras, precipitadores, moinhos de bolas, carros de grelha e outros afins.	19	10 a 50	20	10 a 50
Mineroduto e sistemas correlatos	Tubulação para o transporte de minério e instalações industriais, tais como, transportadores de correia, cabeamento e outros.	17	20 a 43	18	20 a 43
Descomissionamento de planta	Obrigações ambientais de descontinuidade do mineroduto e instalações industriais de Germano e Ubu.	38	43	41	43
Equipamentos de processamento de dados	Microcomputadores, impressoras, monitores, notebooks, servidores, interfaces ópticas, coletores, switch, hub, patch panel, racks etc.	4	5	4	5
Móveis e utensílios	Cadeiras, mesas, armários, e outros mobiliários afins.	7	10	9	10
Embarcações	Barcos, balsas, lanchas e dragas.	16	9 a 24	16	9 a 24
Veículos	Automóveis, caminhões, empilhadeiras, guindastes, tratores, carregadeiras.	9	4 a 25	9	4 a 25
Ferramentas	Chaves de impacto, multímetros, taquímetros, microscópicos e outros aparelhos de pequeno porte.	8	10 a 25	12	10 a 25
Bens de rodízio	Partes e peças de máquinas e equipamentos e instalações industriais.	21	10 a 27	21	10 a 27
Bens de massa	Disjuntores, capacitores, bombas hidráulicas e outros bens de pequeno porte.	17	5 a 24	19	5 a 24

13. INTANGÍVEL

A composição do ativo intangível encontra-se detalhada abaixo:

		CONSOLIDADO						CONTROLADORA	
		Direito de passagem	Direitos minerários	Outros direitos	Remoção de estéril	Sistemas aplicativos Softwares	Bens em Construção	Total	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2016		27.531	41.219	1.878	21.238	144.796	16.140	252.802	252.796
Adições	(a)	-	-	-	-	-	2.345	2.345	2.345
Transferências – entradas		-	-	-	4.573	14.916	-	19.489	19.489
Transferências – saídas		-	-	-	-	-	(19.489)	(19.489)	(19.489)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	413	619	28	(277)	3.939	2.723	7.445	7.445
Saldo em 31 de dezembro de 2017		27.944	41.838	1.906	25.534	163.651	1.719	262.592	262.586
Amortização acumulada									
Saldo em 31 de dezembro de 2016		(7.983)	(28.130)	(1.878)	(6.449)	(118.020)	-	(162.460)	(162.454)
Amortização do período	(c)	(1.175)	(162)	-	(1.769)	(8.683)	-	(11.789)	(11.789)
Efeito das variações das taxas de câmbio	(b)	(735)	(625)	(28)	(814)	(5.319)	-	(7.521)	(7.521)
Saldo em 31 de dezembro de 2017		(9.893)	(28.917)	(1.906)	(9.032)	(132.022)	-	(181.770)	(181.764)
Saldo em 31 de dezembro de 2016		19.548	13.089	-	14.789	26.776	16.140	90.342	90.342
Saldo em 31 de dezembro de 2017		18.051	12.921	-	16.502	31.629	1.719	80.822	80.822

- (a) Os investimentos e os gastos relativos ao intangível são registrados na rubrica Bens em construção no ativo imobilizado. Uma vez que tais investimentos são concluídos e é iniciada sua operação, é realizada a capitalização (transferência) desses bens para as respectivas contas de intangível, obedecendo à natureza contábil de cada bem.
- (b) O efeito das variações da taxa de câmbio refere-se à conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional (Dólar norte-americano) para a moeda de apresentação (Real).
- (c) Para os direitos de passagem e direitos minerários a amortização do intangível é calculada segundo expectativa de vida útil das minas de minério de ferro de propriedade da Companhia. Para os demais é aplicado o método linear.

13.1 Vida útil

Segue abaixo resumo da descrição das contas que compõem o ativo intangível, assim como a vida útil por natureza contábil:

Item	Descrição das contas	2017		2016	
		Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação	Vida útil média ponderada em anos	Anos de depreciação
Direitos de passagem	Direitos adquiridos para utilização da faixa de servidão do solo, para a passagem dos minerodutos.	35	43	39	43
Direitos minerários	Direitos minerários para exploração de jazidas de minério de ferro.	36	43	43	43
Remoção de estéril	Custos de remoção de estéril, incorridos em mina de superfície durante a fase de produção da mina.	21	25	18	14
Sistemas aplicativos <i>software</i>	<i>Softwares</i> e licenças.	4	5	6	5

13.2 Pesquisa e desenvolvimento

A Companhia efetuou desembolso referente a gastos com pesquisas e desenvolvimento no montante de R\$ 36.049 (R\$ 21.507 em 2016); os mesmos foram reconhecidos como outras despesas operacionais líquidas no ano de 2017 (Nota 26).

14. FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Mercado interno	41.811	183.316	41.815	183.322
Mercado externo	887	3.845	903	3.878
Partes relacionadas (Nota 11)	107	97.836	107	97.836
Total	42.805	284.997	42.825	285.036

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos são instrumentos utilizados para financiar os projetos e necessidades diversas da Companhia.

Com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não atendeu algumas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. Como consequência desses não-cumprimentos, todos os empréstimos e financiamentos foram reclassificados para o curto prazo, refletindo um aumento nos valores de provisão de juros.

		Circulante	Total 2017	Total 2016
Operações no Exterior	Bonds	7.238.197	7.238.197	7.122.720
	EPPs (receita de exportação)	5.278.610	5.278.610	5.200.566
Operações no país	BNDES FINAME	139.323	139.323	139.323
	Mútuo Petrobras	6.931	6.931	11.334
	DEBENTURES (parte relacionada)	2.512.940	2.512.940	912.548
Total		15.176.001	15.176.001	13.386.491
Circulante		15.176.001	15.176.001	13.378.918
Não circulante		-	-	7.572

No exercício de 2017, a Companhia contratou operações de empréstimos com seus acionistas Vale e BHP Billiton Brasil, através de emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, sendo a 3ª e 5ª emissões celebradas com a BHP Billiton Brasil e a 4ª e 6ª emissões com a Vale. As emissões 3ª e 4ª e as emissões 5ª e 6ª possuem condições idênticas quanto ao valor e com prazo total de 1 ano, sendo os pagamentos de principal e os juros equivalentes à LIBOR acrescida de 1,15% ao ano. O valor total emitido pela Samarco considerando as emissões 3ª e 4ª foi de R\$ 1.031.758 com vencimento em 03 de janeiro de 2018. Na data de vencimento, essas emissões foram repactuadas e prorrogada para 03 de janeiro de 2019. O valor total emitido considerando as emissões 5ª e 6ª foi de R\$ 474.293 com vencimento em 12 de julho de 2018, e também foram repactuadas e prorrogadas por mais um ano.

A 1ª emissão celebrada com a BHP Billiton Brasil e a 2ª emissão com a Vale, ambas em 2016 que venciam em 02 de agosto de 2017, foram repactuadas e tiveram seu vencimento prorrogado por mais um ano, portanto, com novo vencimento em 02 de agosto de 2018 e valor total de R\$ 892.312, e foram novamente prorrogadas por mais um ano.

Em 31 de dezembro de 2017, a provisão de juros incidentes sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, que representavam 82,5% do total dos empréstimos e financiamentos (92,1% em 2016), se apresentava como segue:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
0% a 2%	1.607.396	72.836	1.583.631	28.716
2% a 3%	3.671.214	182.911	3.616.935	60.265
3% a 4%	-	-	-	-
Acima de 4%	7.238.197	695.284	7.122.720	260.331
Total	12.516.807	951.031	12.323.286	349.312

Em 31 de dezembro de 2017, os juros sobre os empréstimos e financiamentos em moeda local, que representavam 17,5% (7,9% em 2016) do total dos empréstimos e financiamentos se apresentava como segue:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	2017		2016	
	Valor de principal	Provisão de juros	Valor de principal	Provisão de juros
Taxa de juros (ao ano)				
2% a 3%	2.376.981	40.138	912.548	6.056
3% a 4%	275.282	8.653	139.323	2.479
Acima de 4%	6.931	5.457	11.334	3.079
Total	2.659.194	54.248	1.063.205	11.614

Alguns empréstimos em moeda local (as emissões de debêntures) possuem taxas de juros atreladas à Libor.

O custo médio da dívida total, considerando os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e moeda local, é de 3,6% aa (3,7% aa em 2016).

Em 31 de dezembro de 2017, as parcelas de empréstimos e financiamentos apresentavam vencimentos conforme abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	Total	2018
Empréstimos e financiamentos	15.176.001	15.176.001

O valor justo dos passivos financeiros relacionados aos empréstimos e financiamentos, cujos saldos contábeis são mensurados ao custo amortizado, é calculado conforme a seguir:

- (i) O valor justo das operações de *bonds* é obtido pela cotação do título no mercado secundário (utilizado o valor de fechamento, informado pela *Bloomberg*);

A apresentação dos valores justos estimados dos empréstimos e financiamentos segue abaixo:

	2017		2016	
	Valor contábil	Valor justo estimado	Valor contábil	Valor justo estimado
Bonds	7.933.482	5.393.737	7.383.051	4.028.853
EPPs (export pre payments)	5.534.357	4.692.074	5.289.547	4.193.506
Outros	2.713.441	2.664.991	1.074.819	955.179
Total	16.181.280	12.750.802	13.747.417	9.177.538

Garantias e obrigações dos empréstimos e financiamentos

Em decorrência da situação não operacional da Companhia, desde o rompimento da barragem de Fundão, algumas obrigações (*covenants*) presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos não foram cumpridas, como o índice de endividamento (Net Debt/EBITDA limitado a 4:1). Além disso, a Companhia deixou de pagar valores de principal e juros de empréstimos vencidos no exercício.

Para o cálculo do índice Net Debt/EBITDA a Companhia utiliza um EBITDA ajustado como base de cálculo dos financial covenants, este em consonância com as definições incluídas nos diversos contratos vigentes com os credores. Para tal critério são excluídos ganhos e perdas extraordinárias não caixa, tais como provisões, a fim de refletir no EBITDA a expectativa de geração de caixa, portanto avaliando a solidez e liquidez financeira da Companhia e sua capacidade de pagar toda a dívida num determinado período de tempo.

A Companhia contratou o J.P. Morgan para atuar como seu assessor financeiro e iniciou um processo de comu-

nicação com bancos credores e "Bondholders", visando endereçar adequadamente as condições existentes de seus contratos de empréstimo e financiamento vis-à-vis sua atual condição financeira.

Class Action Complaint (ação coletiva) - Detentores de títulos

Em 14 de novembro de 2016, uma ação coletiva putativa foi proposta no Tribunal Distrital dos Estados Unidos - Distrito Sul de Nova York - em nome de todos os compradores de "bond notes", papéis que foram adquiridos entre 31 de outubro de 2012 e 30 de novembro de 2015, e com vencimento em dez anos (2022, 2023 e 2024), contra Samarco e seu ex-diretor presidente. A queixa contém reivindicações sob as leis federais de valores mobiliários dos EUA e indica que o requerente buscará a aprovação da corte americana para proceder com uma ação coletiva (class action).

Em 6 de março de 2017, esta ação coletiva putativa foi alterada para incluir a BHP Billiton Ltd, a BHP Billiton PLC, a BHP Billiton Brasil Ltda, e a Vale S.A. e executivos da Samarco, incluindo quatro membros do seu Conselho de Administração, que é composto por representantes da Vale e da BHP Billiton Brasil. Em 05 de abril de 2017 o Safra apresentou pedido de desistência da ação contra as pessoas físicas, sendo mantidas apenas as pessoas jurídicas (Samarco, Vale e BHP Billiton).

Em 31 de agosto de 2017 foi apresentada a "Motion to Dismiss the Amended Complaint" elaborada em conjunto por Samarco, Vale e BHP Billiton Brasil. Atualmente o processo está aguardando a decisão do juiz quanto à Motion to Dismiss para que sejam definidos os próximos passos (continuidade do processo ou rejeição da ação).

O montante das indenizações pleiteadas pelos autores não foi especificado e, dado o estágio preliminar desta ação, não é possível neste momento, fornecer os possíveis resultados ou uma estimativa confiável de potenciais exposições futuras da Samarco.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

16.1 Benefícios de aposentadoria

A Companhia é patrocinadora da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (ValiaPrev), caracterizada por ser uma entidade multipatrocinada, com multiplano, administrando planos de benefícios com independência patrimonial e assegurando aos seus participantes e dependentes benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Oficial Básica. O plano oferecido é de contribuição definida e engloba os seguintes benefícios:

- » Renda de aposentadoria normal
- » Renda de aposentadoria antecipada
- » Suplementação da aposentadoria por invalidez
- » Suplementação de pensão por morte
- » Renda de pensão por morte

- » Renda de benefício diferido por desligamento
- » Suplementação de abono anual
- » Renda de abono anual
- » Resgate

(a) Plano de aposentadoria de contribuição definida

Para custeio do plano são realizadas contribuições ordinárias em valor exatamente igual ao do participante, limitadas a 9% na parcela do salário-de-participação excedente a 10 unidades referenciais do plano, e ainda contribuições para garantir os benefícios de risco (invalidez e morte em atividade e abono anual) e para o custeio administrativo do plano. No exercício de 2017 a Companhia efetuou contribuições para o plano de contribuição definida no montante de R\$ 6.030 (R\$ 8.798 em 2016).

(b) Parcela de benefício definido do plano de aposentadoria.

Os custos e obrigações relacionadas aos benefícios de aposentadoria oferecidos aos seus empregados ao se aposentarem, são registrados com base em laudo de avaliação atuarial específico.

O laudo de avaliação atuarial apurou os benefícios de aposentadoria considerando as definições constantes nos regulamentos, no que diz respeito às elegibilidades, fórmulas de benefício e formas de reajuste.

O laudo atuarial avaliou a parcela de benefício definido, existente no plano, que representa a obrigação construtiva referente às suplementações de aposentadoria por invalidez, de pensão por morte e de abono anual, denominadas Plano de Risco, e a renda de aposentadoria.

1 – Mudança no valor presente das obrigações

	2017	2016
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	34.234	24.754
Custo do serviço corrente	711	558
Juros sobre obrigação atuarial	3.676	2.930
(Ganhos)/perdas atuariais – experiência	(484)	4.497
(Ganhos)/perdas atuariais – premissas demográficas	-	-
(Ganhos)/perdas atuariais – hipótese financeira	2.679	3.814
Benefícios pagos pelo plano	(2.897)	(2.319)
Custo de serviço passado – encurtamento do plano	(470)	-
Valor presente da obrigação atuarial no final do exercício	37.449	34.234

2 – Mudança no valor justo dos ativos

	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do exercício	73.136	55.361
Retorno real dos investimentos	6.535	19.085
Contribuições pagas pela Companhia	751	1.009
Benefícios pagos pelo plano	(2.897)	(2.319)
Valor justo dos ativos no final do exercício	77.525	73.136

3 – Mudança no superávit irre recuperável

	2017	2016
Superávit irre recuperável no final do exercício anterior	38.901	30.607
Juros sobre o superávit irre recuperável	4.326	3.762
Mudança no superávit irre recuperável durante o período	(3.152)	4.532
Superávit irre recuperável no final do exercício corrente	40.075	38.901

4 – Custos do benefício definido

4.1 – Resultado do exercício	2017	2016
Custo do serviço corrente da Companhia	240	558
Juros líquido sobre o passivo/(ativo) líquido	(72)	(185)
Custo do benefício definido no resultado	168	373

4.2 – Outros resultados abrangentes (ORA)	2017	2016
(Ganhos)/Perdas atuariais de evolução do passivo	(484)	4.497
(Ganhos)/Perdas atuariais de alterações de hipótese	2.679	3.814
(Ganhos)/Perdas atuariais que surgiram no período	2.195	8.311
Rendimentos sobre ativos do plano (maior)/menor que taxa de desconto	1.539	(12.207)
Mudança no superávit irre recuperável	(3.152)	4.532
Remensuração dos efeitos em outros resultados abrangentes	582	636

4.3 – Custo do benefício definido	2017	2016
Custo do serviço corrente	240	558
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(72)	(185)
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	582	636
Custo do benefício definido	750	1.009

5 – Movimentação do passivo/ativo líquido

5.1 – (Passivo)/ativo líquido	2017	2016
Valor presente da obrigação (VPO)	(37.449)	(34.234)
Valor justo dos ativos	77.524	73.135
(Passivo)/ativo líquido total a ser reconhecido	40.075	38.901

5.2 – Reconciliação do (passivo)/ativo líquido total	2017	2016
(Passivo)/ativo líquido total no início do exercício	-	-
Custo do Serviço	(240)	(558)
Juros líquido sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	72	185
Remuneração dos efeitos reconhecidos em ORA	(582)	(636)
Contribuições pagas pela Companhia	750	1.009
(Passivo)/ativo líquido total no final do exercício	-	-

6 – Custo estimado do benefício definido para 2018.

Custo do serviço corrente	584
Juros líquido sobre passivo (ativo) líquido	(36)
Custo a ser reconhecido no resultado	548

7 – Fluxo de caixa esperado para 2018

Contribuições da Companhia	724
Benefícios pagos pelo plano	2.611

8 – Premissas atuariais

	2017	2016
Econômicas		
Taxa de desconto	6,27% ao ano	6,06% ao ano
Taxa de crescimento salarial	6,95% ao ano	6,95% ao ano
Inflação	4,85% ao ano	4,85% ao ano
Crescimento de benefícios	4,85% ao ano	4,85% ao ano
Retorno de ativos de longo prazo	11,12% ao ano	11,12% ao ano
Demográficas		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 (H)	AT-2000 (H)
Tábua de entrada em invalidez	RGPS 1992-2002 0,55	RGPS 1992-2002 0,55
Tábua de rotatividade	3% até 55 anos	3% até 55 anos
% de participantes ativos casados na data da aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre participante e cônjuge	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos	Esposas são 4 anos mais jovens que maridos

9 – Sumário de dados dos participantes

	2017	2016
Empregados ativos e autopatrocinados		
Número	1.340	2.415
Idade média	39,41	38,28
Tempo médio de serviço (anos)	10,92	9,88
Média salarial anual	84.394	74.835
Participantes com benefício assistido		
Número	110	97
Média salarial anual	25.292	26.047

10 – Os ativos do plano são administrados como segue:

Ativos por categoria	2017	2016
Renda fixa	579.405	486.630
Renda variável	89.565	76.179
Empréstimos	27.540	37.940
Total	696.510	600.749

16.2 Outros benefícios a empregados

A Companhia oferece ainda outros benefícios a empregados, tais como o plano de assistência médica de autogestão e coparticipativo (referente a despesas

realizadas), que se estende aos dependentes dos empregados, denominado Assistência Médica Supletiva (AMS). Esse plano concede aos beneficiários os serviços de assistência à saúde nos procedimentos ambulatorial, hospitalar, odontológico e farmácia, sendo assegurado por Acordo Coletivo de Trabalho e do qual a Companhia assume integralmente a taxa administrativa. As despesas com outros benefícios foram reconhecidas no resultado conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Remuneração e encargos	(186.051)	(245.533)	(188.568)	(248.720)
Encargos previdenciários	(33.317)	(49.485)	(33.317)	(49.485)
Benefícios de plano de aposentadoria	(6.552)	(9.754)	(6.631)	(9.886)
Vale-alimentação	(16.145)	(27.951)	(16.145)	(27.951)
Assistência médica	(20.035)	(24.104)	(20.038)	(24.108)
Outros	(22.140)	(20.197)	(22.433)	(21.257)
Total	(284.240)	(377.024)	(287.132)	(381.407)

17. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Provisão de férias	17.492	23.906	17.553	23.957
INSS de empregados	2.472	3.799	2.472	3.799
FGTS a pagar	791	1.794	791	1.794
Outros	655	1.399	657	1.408
Total	21.410	30.898	21.473	30.958

Desde o rompimento da barragem de Fundão, a Samarco realizou vários esforços para manter sua força de trabalho. Durante esse tempo, a Companhia concedeu férias remuneradas, férias coletivas e três períodos de lay off (suspensão de contrato para qualificação profissional). Após os estudos de retomada das operações, concluiu-se que, quando a Companhia for autorizada a operar, contará com um máximo de 26% de sua capacidade produtiva. Assim, foi necessária uma redução de 1.800 postos de trabalho, que levará a uma redução proporcional dos custos de mão-de-obra da Samarco no futuro. Para alcançar este processo de redução da maneira mais respeitosa possível, a Samarco respondeu ao pedido dos sindicatos e realizou Programas de Demissão Voluntária (PDV) em julho de 2016 e dezembro de 2017.

Os termos finais dos acordos de PDV (Plano de Demissão Voluntária) foram assinados com os sindicatos. Além dos valores do FGTS (obrigatórios), a Companhia pagou a quem aderiu ao PDV (i) um valor adicional correspon-

dente a 0,5 salário por cada ano de exercício limitado a 4 salários; (ii) um valor fixo de 3 salários limitados a R\$ 7.500 e; (iii) plano de assistência médica por 6 meses a contar da data da demissão. No acordo celebrado em 2016 a empresa ainda abdicou de realizar a cobrança de um salário nominal antecipado em 2015 a título parcela da participação nos lucros ou resultados.

Assim, 880 empregados aderiram voluntariamente ao PDV em 2016 e 277 aderiram voluntariamente em 2017 e foram desligados com os benefícios acima listados. Conforme estava previsto nos acordos celebrados com os sindicatos, ao término do período de adesões ao PDV a Samarco demitiu trabalhadores até atingir a redução total planejada, também com pagamento de benefícios adicionais aos previstos em lei.

Em 2016, mesmo com a celebração do acordo com os sindicatos, o Ministério Público do Trabalho – MPT ajuizou Ação Civil Pública – ACP - questionando a validade do PDV e reivindicou melhoria nos benefícios oferecidos e/ou pagamento de indenização. Considerando que já haviam ações movidas em MG e ES pelos sindicatos cobrando o pagamento de participação em lucros ou resultados do ano de 2015, a Samarco celebrou acordo pondo fim a todas essas ações. Como resultado deste acordo, a Companhia se comprometeu a pagar indenização correspondente a dois salários nominais seguindo as regras de elegibilidade e proporcionalidade do programa de participação nos lucros ou resultados do exercício de 2015. Essa indenização foi paga em duas vezes, sendo: 31 de janeiro de 2017 e 31 de março de 2017.

18. TRIBUTOS A RECOLHER

O saldo de tributos a recolher encontra-se detalhado abaixo:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
ICMS a recolher		9.097	9.218	9.097	9.218
REFIS – Recuperação fiscal – tributos parcelados	(a)	208.440	195.361	208.440	195.361
IRRF sobre juros		114.631	41.796	114.631	41.796
ISS retido		872	4.153	872	4.153
INSS de terceiros a recolher		925	4.114	925	4.114
IRRF a recolher		2.791	3.747	2.896	3.794
DIFAL de ICMS a recolher		178	430	178	430
Parcelamento ISS Anchieta	(b)	12.251	-	12.251	-
COFINS retido		972	1.413	972	1.413
PIS/COFINS sob receitas financeiras		3.826	-	3.826	-
Outros		9.640	4.902	9.640	4.899
		363.623	265.134	363.728	265.178
Ativo Circulante		169.966	86.167	170.071	86.211
Ativo Não Circulante		193.657	178.967	193.657	178.967
		363.623	265.134	363.728	265.178



- (a) Em 20 de dezembro de 2013 a Samarco aderiu ao Programa de Parcelamento REFIS IV, conforme Lei nº 12.865/13. A primeira parcela foi paga no momento da adesão. Em 31/12/2017 o montante de R\$ 193.657 (R\$ 178.967 em 31 de dezembro de 2016) refere-se às parcelas de longo prazo, atualizados pela SELIC. As parcelas de curto prazo totalizam um valor de R\$ 14.783 (R\$ 16.394 em 31 de Dezembro de 2016). Os débitos administrados pela Receita Federal do Brasil foram consolidados em setembro de 2017 e aqueles administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em fevereiro de 2018. Pendente análise de Pedido de Revisão apresentado perante a Receita Federal do Brasil e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em razão de inconsistências constantes na tela de consolidação dos apontados órgãos.
- (b) Parcelamento nos termos da Lei Municipal de Anchieta nº 1.234/201 dos débitos representados nos Autos de Infração nºs. 048/2007 - 049/2007 - 050/2007, inscritos em Dívida Ativa e, dos Autos de Infração nºs. 026/2008 e 001/2009, não inscritos em Dívida Ativa, em 13 (treze) parcelas mensais com entrada de 30% (trinta por cento), com termo final de cumprimento em 11/2018 e atualização pelo IPCA-E das parcelas posteriores a 31/12/2017 e incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Sobre os débitos inscritos em Dívida Ativa foi admitida a redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora devidos após a inscrição, de 30% (trinta por cento) da multa de mora imposta pelo município e redução de 100% (cem por cento) da multa infracional (AI nº 050/2007).

Sobre os débitos não inscritos em Dívida Ativa admitiu-se a redução de 50% (cinquenta por cento) dos juros de mora incidentes a partir do fato gerador do tributo.

19. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões para as contingências em montante avaliado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. As provisões e depósitos relacionados ao rompimento da barragem de Fundão estão descritos na Nota 3(h) e 3(c) respectivamente.

Em 2017, as provisões para contingências prováveis estão apresentadas líquidas dos correspondentes depósitos judiciais no montante de R\$ 81.473 (R\$ 76.699 em 2016). O saldo de depósitos judiciais sem provisões relacionadas está registrado no ativo no montante de R\$ 1.772.305 (R\$ 1.654.766 em 2016) e sua composição encontra-se detalhada abaixo:



		CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Depósitos judiciais tributários	(a.1)	1.439.342	1.325.715
Depósitos judiciais cíveis	(a.1)	325.760	324.889
Depósitos judiciais trabalhistas		7.052	4.138
Depósitos judiciais ambientais		151	24
		1.772.305	1.654.766

(a.1) Em 11 de dezembro de 2015 a Samarco realizou um depósito compulsório relativo ao processo tributário da CFEM, cujo importe foi convertido para garantia de execução fiscal de IRPJ (2000 a 2003 e 2007 a 2008) por ordem judicial em 2017. Valores descritos na Nota 3.

Segue movimentação para as provisões para contingências prováveis da Companhia (Nota 26 e 27).

CONTROLADORA E CONSOLIDADO					
	2016	Adições	Reversões	Encargos	2017
Ações tributárias	91.424	-	-	(8.982)	82.442
(-) Depósitos judiciais tributários	(67.900)	-	-	(2.793)	(70.693)
Ações cíveis	149.644	140	(97.594)	6.535	58.725
(-) Depósitos judiciais cíveis	-	(114)	-	-	(114)
Ações trabalhistas	80.502	15.928	(38.822)	4.140	61.748
(-) Depósitos judiciais trabalhistas	(8.799)	(2.186)	361	(42)	(10.666)
Ações ambientais	1.858	10	(73)	218	2.013
Total	246.729	13.778	(136.128)	(924)	123.455

A composição das provisões ocorre conforme o quadro a seguir:

CONTROLADORA E CONSOLIDADO							
		2017			2016		
		Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
ECE - ES	(a.1)	38.532	(38.532)	-	37.007	(37.007)	-
ECE - MG	(a.1)	32.161	(32.161)	-	30.893	(30.893)	-
ICMS – Multa – Muniz Freire - ES	(a.2)	-	-	-	9.963	-	9.963
Honorários advocatícios	(a.3)	9.449	-	9.449	10.536	-	10.536
Outros		2.300	-	2.300	3.025	-	3.025
Ações Tributárias		82.442	(70.693)	11.749	91.424	(67.900)	23.524
Ações cíveis	(a.4)	58.725	(114)	58.611	149.644	-	149.644
Ações trabalhistas		61.748	(10.666)	51.082	80.502	(8.799)	71.703
Ações ambientais		2.013	-	2.013	1.858	-	1.858
Total		204.928	(81.473)	123.455	323.428	(76.699)	246.729

(a) Provisões reconhecidas pela Companhia para litígios:

NOTA	Descrição	Posição	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
			2017	2016
(a.1)	Ação judicial visando à declaração de inconstitucionalidade e ilegalidade da exigência dos encargos e aquisição de energia elétrica emergencial, em virtude de vícios técnicos quando da instituição dessas exações.	Ambos os processos (ES e MG) aguardam decisão em 3ª instância judicial.	70.693	67.900
(a.2)	Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	Processo julgado favorável à Samarco com decisão transitada em julgado.	-	9.963
(a.3)	Provisão relacionada a honorários advocatícios referentes a processos que estejam classificados como perda remota.	-	9.449	10.536
Outros	Processos relativos à antiga Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim, extinta por cisão e posterior incorporação, referentes a, compensação de Prejuízos Fiscais, PIS, COFINS.	Existência de processos no aguardo de decisões no âmbito administrativo e judicial. A compensação de saldo negativo de IRPJ (1995 a 2001) foi incluído em parcelamento especial (PERT).	2.300	3.025
(a.4)	Provisão constituída para cobrir as perdas potenciais com processos cíveis.	Processos em esfera judicial, em diversas fases processuais.	58.725	149.644
Trabalhistas	Processos trabalhistas relacionados, sobretudo, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos nas esferas administrativa e judicial, em diversas fases processuais.	61.748	80.502
Ambientais	Auto de infração 1284/10, exarado pelo DNPM, pelo suposto descumprimento do inc. V do artigo 54 do Regulamento do Código de Mineração.	Aguarda análise da Defesa Administrativa apresentada.	2.013	1.858
			204.928	323.428

(b) Contingências possíveis:

A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, internos e externos, não constituiu provisão para contingências, uma vez que as expectativas de perda foram consideradas possíveis, sendo os principais:

	Posição	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Notificações de Avaliação do alegado não pagamento de CSLL em 2007 a 2014 e discussão judicial envolvendo o forward de 2013	A arrecadação da CSLL para 2007-2008 e 2011-2014, aguardando análise do recurso administrativo. A CSLL 2011 e 2012 estão com a exigibilidade suspensa aguardando análise dos principais casos no Supremo Tribunal Federal. O processo referente ao período de 2009 e 2010 foi julgado em junho de 2017 na esfera administrativa, com sucesso parcial (dedutibilidade dos royalties). A discussão restante aguarda análise pelos tribunais com a exigibilidade suspensa por uma ordem preliminar. Para o período de 2013, a Samarco possui mandado de segurança favorável nas primeira e segunda instâncias, considerando a legalidade do não pagamento da CSLL	5.348.384	4.293.666
Autos de infração, relativos aos anos de 2000 a 2003, 2007 a 2014, por suposta apuração incorreta do IRPJ em virtude da aplicação da alíquota de 18% sobre o lucro oriundo da exportação de minerais em detrimento de alíquota geral de 15% com aplicação do adicional de 10%.	Processos relativos ao período de 2000 a 2003 e 2007 a 2008 objeto de cobrança na esfera judicial. Período de 2009 e 2010 pendente de julgamento no âmbito judicial com exigibilidade suspensa. O período de 2011 a 2014 está pendente de apreciação de recursos no âmbito administrativo.	4.415.534	3.694.286



...continuação

	Posição	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Autos de infração lavrados pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) por alegado recolhimento a menor da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).	3 execuções fiscais ajuizadas pendentes de análise envolvendo o período de 1991 a 2007. Cobrança referente ao período de 2008 e 2009 aguardando apreciação de recurso administrativo.	1.168.714	1.077.475
Execuções fiscais relativas à tempestividade e aos respectivos valores dos recolhidos a título de PIS apurados em base semestral nos períodos de setembro de 1989 a agosto de 1994.	1 processo aguardando decisão em 1ª instância judicial e 1 processo aguardando decisão na instância superior.	22.279	21.804
Autos de infração relativos à exigência de contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos feitos aos seus segurados empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados e Prêmio "Campo de Ideias", entre outros assuntos, tais como (i) contribuições sociais supostamente devidas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento, incidentes sobre os pagamentos referidos; (ii) multa por deixar de arrecadar contribuições sociais; e (iii) multa por falta de informações nas GFIPs.	Aguardando análise de recursos administrativos. Os processos com períodos até 2008 e não alcançados pela decadência foram inseridos no REFIS.	25.084	25.312
Glosa de compensação do saldo negativo de IRPJ e CSLL da extinta Usina Hidrelétrica Guilman-Amorim (observação do limite de 30% legalmente previsto).	Débito incluído no REFIS. Pendente análise da consolidação do parcelamento no âmbito da Receita Federal do Brasil.	8.733	8.277
Glosa de compensação de créditos de PIS e COFINS do período de abril de 2006 a dezembro de 2007 e 2008 a 2010 com débitos de IRPJ de estimativa mensal apurada no mesmo período, entregando as PER/DCOMPs individualizadas por trimestre e origem de créditos (créditos de PIS e COFINS).	Processos aguardando análise de recurso administrativo.	227.465	156.940
Autuações referentes à cobrança de ICMS nas operações de transferência de energia elétrica da PCH Muniz Freire, de sua propriedade, para consumo em seu estabelecimento industrial de Ponta Ubu, Anchieta, ES, bem como de multa por falta de emissão de nota fiscal em tais operações.	2 processos com decisão transitada em julgado a favor da Samarco e 1 pendente de apreciação no âmbito judicial.	31.247	57.457
Execução fiscal e auto de infração emitido pela Prefeitura Municipal de Anchieta em que critica a área onde a planta industrial da Samarco está localizada em Ubu, que está sujeito ao imposto, também exigindo o imposto sobre a área para a qual o ITR é pago.	3 processos (1999 a 2004, 2007 a 2011 e 2012 a 2015) aguardando apreciação no âmbito judicial e 2 no âmbito administrativo (2016 e 2017).	138.718	107.961
Processos Cíveis relacionados, sobretudo a indenizações a terceiros. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda desses litígios é possível.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	936.994	74.470
Processos trabalhistas relacionados, à aplicação de multas pelos órgãos de controle, além de reclamatórias trabalhistas ajuizadas por empregados próprios e de terceiros.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	199.529	59.085
Processos envolvendo riscos ambientais referentes aos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, no que se referem a autuações pelos órgãos de fiscalização.	Processos na esfera judicial em diversas fases processuais.	1.001.884	16.250
Outros	-	256.276	111.105
		13.780.841	9.704.088

As contingências relacionadas ao rompimento da barragem de Fundão foram descritas na Nota 3(h).

20. PROVISÕES DIVERSAS

		CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Provisão energia elétrica	(a)	1.130	1.536
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	1.737.222	1.634.522
Total circulante		1.738.352	1.636.058
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	(d)	350.580	319.863
Provisão direitos minerários	(c)	112.222	112.222
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(b)	9.516.701	5.576.590
Total não circulante		9.979.503	6.008.675

- (a) Aquisição de energia para utilização no processo produtivo, não faturada pelas concessionárias no período.
- (b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3 (g).
- (c) A Companhia paga à acionista Vale pela cessão de direitos minerários sobre os recursos geológicos de minério de ferro. Esses valores são calculados pela razão de 4% sobre os dividendos pagos (Nota 11).
- (d) A movimentação de provisão com obrigação para desmobilização de ativos está representada conforme tabela abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Provisão no início do exercício	319.863	384.839
Acréscimo de provisão	30.717	40.214
Revisões estimadas nos fluxos de caixa	-	(105.190)
Provisão no final do exercício	350.580	319.863

Em 2014, a Companhia realizou a revisão do plano conceitual de fechamento das unidades operacionais com o objetivo de diagnosticar a situação ambiental das áreas de exploração minerária, subsidiar a avaliação de impactos e riscos ambientais no fechamento, estabelecer medidas para a redução de eventuais riscos advindos de potenciais fontes de contaminação, estabilização de possíveis passivos ambientais e estimar os custos de fechamento conforme a fase do plano. A política da Companhia é de revisar esse plano a cada três anos; entretanto, devido ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, a Administração, com a assessoria de consultores externos, revisou o plano de fechamento das unidades operacionais em 2015 e em 2016.

A provisão para desmobilização de ativos foi baseada em informações atuais incluindo a tecnologia disponível e preços correntes. A provisão constituída foi descontada a valor presente utilizando como taxa de desconto 10,62 % ao ano, baseada nos parâmetros adotados pela Companhia para avaliações econômico-financeiras.

21. OUTROS PASSIVOS

Os outros passivos estão representados como segue:

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
Circulante					
Adiantamento de clientes no exterior		61	897	61	897
Comissões/serviços a pagar no exterior a partes relacionadas (Nota 11)	(a)	13.351	11.202	-	-
Demurrage a pagar	(b)	903	2.992	903	2.992
Valores a pagar (materiais/serviços)	(c)	719	230	719	230
Consórcio UHE Guilman-Amorim (Nota 9)		3.188	4.485	3.188	4.485
Multas ambientais Parcelas – SEMAD (Nota 3)	(d)	27.069	24.886	27.069	24.886
Outros		2.160	2.012	1.420	1.101
Total circulante		47.451	46.704	33.360	34.591
Não circulante					
Multas ambientais Parcelas – SEMAD (Nota 3)	(d)	94.738	97.471	94.738	97.471
Outros		495	515	495	515
Total não circulante		95.233	97.986	95.233	97.986

(a) Refere-se à comissão e serviços prestados de agência efetuada pela controlada Samarco Europe referente à intermediação de vendas de minério de ferro.

(b) Valor devido pela Samarco referente ao tempo adicional utilizado no carregamento ou na descarga do produto no porto.

(c) Valores referentes a materiais e bens adquiridos cujo registro fiscal não foi realizado, pois a respectiva nota não havia sido emitida pelo fornecedor. Os bens e materiais, já estão contabilizados em estoque e custo.

(d) Multas ambientais oriundas dos danos causados pelo rompimento da barragem, conforme descrito na Nota 3 (i).

de dezembro de 2015, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão (Nota 3), foi proferida decisão judicial que dentre outras determinações impediu a Companhia de efetuar distribuição de dividendos pendentes a partir de 5 de novembro de 2015. Dessa forma, conforme deliberado em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 31 de dezembro de 2015 os dividendos declarados na AGO e ainda não pagos foram reclassificados para o longo prazo.

Conforme Estatuto Social da Companhia os dividendos obrigatórios são de 25% do lucro líquido nos termos da lei 6.404/76.

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia acumulou prejuízo de R\$ 16.561.741 (R\$ 8.903.911 em 31 de dezembro de 2016).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 297.025 milhões dividido em ações conforme abaixo:

	Quantidade de ações	% do capital total
BHP Billiton Brasil Ltda.	2.621.653	50
Vale S.A.	2.621.653	50
	5.243.306	100

22.2 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em 28 de abril de 2015, foi aprovada a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2014 no montante de R\$ 2.805.548, sendo que : (i) o montante R\$ 2.104.161 refere-se a dividendos adicionais e ; (ii) o montante de R\$ 701.387 trata-se de dividendos obrigatórios. Em 18

22.3 Resultados abrangentes

		CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
		2017	2016
Estoques		61.978	56.603
Imobilizado		6.892.025	6.738.173
Intangível		27.395	27.471
Custo		859.547	768.956
Varição cambial		(6.312.323)	(6.038.172)
Outros		134.754	132.922
Ajustes acumulados de conversão	(a)	1.663.376	1.685.953
Remensuração de benefício pós-emprego		(4.131)	(3.549)
Remensuração de benefício pós-emprego	(b)	(4.131)	(3.549)
		1.659.245	1.682.404

- (a) Referem-se às variações cambiais resultantes da conversão do balanço patrimonial e do resultado do exercício da moeda funcional Dólar norte-americano para a moeda de apresentação das demonstrações financeiras, Real.
- (b) Referem-se aos ganhos e perdas atuariais de evolução do passivo, alterações de hipóteses, rendimentos sobre os ativos do plano e mudança no superávit irrecoverável (Nota 16).

23. RECEITAS

A Companhia atua no mercado de mineração provendo suas receitas mediante a comercialização de pelotas de minério de ferro: PDR - Pelota para redução direta e PBF - Pelota para alto-forno. O excedente da produção de concentrado de minério de ferro é comercializado como finos (pellet feed).

As receitas geradas em 2016 foram suportadas pelos estoques da Companhia de vendas de produtos e subprodutos com países das Américas, Ásia, África e Europa, além da continuidade de algumas receitas de excedentes de eletricidade e serviços logísticos no porto de sua propriedade.

Em 2017, a Companhia realizou vendas para o mercado interno e externo, comercializando pellet feed com países das Américas e Ásia. Além das receitas de produtos e subprodutos, a Companhia obteve receitas com excedentes de energia elétrica e receitas com serviços logísticos no porto de sua propriedade, tais como aluguel de rebocadores e disponibilização de áreas.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão e subsequente suspensão das licenças de exploração, as operações foram temporariamente suspensas, não havendo produção no período.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Pelotas - Exterior	-	155.497	-	153.713
Finos - País	29	-	29	-
Finos - Exterior	26.908	11.793	26.908	11.793
Energia elétrica	41.404	33.802	41.404	33.802
Disponibilização de Berço do Porto	12.556	-	12.556	-
Outros produtos e serviços	4.280	11.582	4.280	11.583
Total da receita bruta	85.177	212.674	85.177	210.891
Impostos sobre vendas	(6.272)	(4.332)	(6.272)	(4.332)
Frete sobre vendas	-	497	-	497
Receita Líquida	78.905	208.839	78.905	207.056

24. CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

Os custos dos produtos vendidos estão representados a seguir:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Conversão de moeda	(90.591)	(137.814)	(90.591)	(137.814)
Venda de energia elétrica	(7.296)	(18.366)	(7.296)	(18.366)
Disponibilização de Berço do Porto	(3.394)	-	(3.394)	-
CFEM	(383)	(223)	(383)	(223)
Capacidade ociosa	(a) (682.740)	(919.129)	(682.740)	(919.129)
Provisão para reforço instalações da barragem	(b) (24.655)	103.336	(24.655)	103.336
Outros	(6.232)	(82.806)	(6.201)	(82.833)
Custos dos produtos vendidos	(815.291)	(1.055.002)	(815.260)	(1.055.029)

(a) Após o rompimento da Barragem de Fundão, as operações do complexo de Mariana foram suspensas, conforme descrito na Nota 1. Conseqüentemente, as operações da unidade de Ubu, ES, também foram afetadas. Dessa forma, os custos fixos de ambas as unidades da Samarco, incorridos após o rompimento da barragem de Fundão até 31 de dezembro de 2017, foram alocados diretamente ao custo, na rubrica “capacidade ociosa” detalhado a seguir:

	2017	2016
Insumos	(994)	(708)
Materiais	(40.096)	(35.915)
Serviços	(165.461)	(152.892)
Mão de Obra	(186.661)	(274.840)
Energia Elétrica	(34.120)	(45.303)
Depreciação	(181.341)	(178.929)
Reforço Estrutural Barragens	(66.755)	(214.101)
Outros	(7.312)	(16.441)
Total circulante	(682.740)	(919.129)

Parte do saldo registrado na rubrica “capacidade ociosa”, no valor de R\$ 66.755 (R\$ 214.101 em 2016), refere-se aos serviços de terceiros destinados para a manutenção e reparação das instalações da Samarco afetadas pelo rompimento da barragem descrito na Nota 3 (j).

(b) Provisão referente ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3 (j).

25. DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Despesas com vendas				
Serviços contratados	(32.737)	(13.109)	(32.737)	(13.109)
Despesas com pessoal	(17.056)	(20.195)	(17.056)	(20.195)
Depreciação e amortização	(7.896)	(5.925)	(8.053)	(6.087)
Materiais auxiliares	(2.834)	(914)	(2.834)	(914)
Comissões sobre vendas	(94)	-	-	-
Despesas de embarque	(55)	(259)	(55)	(259)
Provisão (reversão) para perda de créditos de liquidação duvidosa	5.378	4.939	5.378	3.632
Despesas comerciais das controladas	(4.606)	(7.097)	(3.927)	(7.472)
Despesas gerais	(11.019)	(11.548)	(11.019)	(11.569)
Total	(70.919)	(54.108)	(70.303)	(55.973)
Despesas gerais e administrativas				
Serviços contratados	(11.488)	(9.142)	(11.488)	(9.142)
Despesas com pessoal	(38.652)	(52.128)	(38.652)	(52.128)
Depreciação e amortização	(731)	(1.110)	(731)	(1.110)
Materiais auxiliares	(96)	(139)	(96)	(139)
Despesas gerais	(5.058)	(4.885)	(5.058)	(4.885)
Total	(56.025)	(67.404)	(56.025)	(67.404)

26. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

O saldo de outras despesas operacionais, líquidas, encontra-se detalhado abaixo:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Tributárias	(41.269)	(15.556)	(41.269)	(15.556)
Provisão para perdas sobre ICMS – ES	7.046	5.481	7.046	5.481
Provisões para contingências (Nota 19)	131.138	(99.426)	131.138	(99.426)
Investimentos e projetos sociais	(6.966)	(8.386)	(6.966)	(8.386)
Participações dos empregados	(93)	88	(93)	92
Provisão para plano de reestruturação - PDV	(8.409)	(23.864)	(8.409)	(23.864)
Gastos com pesquisas (Nota 13)	(36.049)	(21.507)	(36.049)	(21.507)
Honorários advocatícios e periciais	1.031	(5.454)	1.031	(5.454)
Ajuste de estoque (almojarifado)	(4.747)	(4.111)	(4.747)	(4.111)
Alienação de imobilizado	(142.053)	(452)	(142.084)	(452)
Provisão para baixa de imobilizado	(a)	1.145	-	1.145
Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	3.437.267	4.500.728	3.437.267
Despesas com recuperação socioambiental e socioeconômica	(a)	(2.068.663)	(566.529)	(2.068.663)
Despesas Fundação Renova	(a)	(255.069)	(52.106)	(255.069)
Multas provenientes recuperação ambiental e sociambiental	(a)	(5.950)	(5.950)	-
Reversão de Provisão Baixa Ativo Permanente		-	134.129	-
Outras Provisões		(4.704)	10.633	(4.704)
Outras, líquidas		(8.543)	89.414	(8.554)
Total	4.991.434	928.246	4.991.539	928.239

(a) Perda do ativo imobilizado, provisões e despesas referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

27. RESULTADO FINANCEIRO

O detalhamento do resultado financeiro (controladora e consolidado) está representado como segue:

Receita financeira		2017	2016
Rendimento sobre depósitos judiciais	(a)	131.147	177.583
Rendimentos com aplicações financeiras		265	4.160
Descontos obtidos		137	42
Outras receitas financeiras		7.850	26.229
Receitas financeiras - consolidado		139.399	208.014
Receitas registradas das controladas		(4)	(102)
Receitas financeiras – controladora		139.395	207.912
Despesas financeiras			
Juros moratórios e fiscais	(b)	(49.812)	(38.932)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos		(665.860)	(501.387)
Juros sobre contingências	(a)	(15.507)	(13.366)
Comissões e juros bancários		(22.975)	(34.721)
IRRF sobre juros - remessa para exterior		(70.451)	(54.282)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(c)	(4.305)	(11.432)
Despesas financeiras provisões recuperação socioambiental e socioeconômica	(d)	(797.428)	(746.914)
Outras despesas financeiras		(39.441)	(53.003)
Despesas financeiras - consolidado		1.665.779	(1.454.037)
Despesas registradas das controladas		(67)	(65)
Despesas financeiras controladora		(1.665.846)	(1.454.102)

(a) Refere-se a atualização dos depósitos judiciais e das provisões para contingências referentes aos processos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais (Nota 19).

(b) Refere-se a juros moratórios e fiscais sobre ICMS – Minas Gerais, REFIS, TFRM e outros.

(c) Refere-se a tributação das receitas financeiras pelo PIS e COFINS conforme alterações normativas instituídas pelo Decreto nº 8.451.

(d) Atualização financeira das provisões referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, conforme descrito na Nota 3.

O saldo de variação cambial está representado como segue:

Variações cambiais	2017	2016
Caixa	11.710	644
Clientes	(160)	1.581
Tributos a recuperar	(30.225)	344.593
Depósitos judiciais	(36.777)	286.246
Fornecedores	(6.765)	(14.990)
Salários, provisões e contribuições sociais	484	(6.035)
Tributos a recolher	8.617	(1.444)
Dividendos	52.133	(500.239)
Contingência	712	(6.200)
Imposto de renda diferido	7.794	571.341
Outras	6.108	(56.166)
Variações cambiais, líquidas – consolidado	13.631	619.331
Variações cambiais, líquidas – registradas das controladas	(4)	77
Variações cambiais, líquidas – controladora	13.627	619.408

28. IMPOSTO DE RENDA

A Companhia está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 18% sobre o lucro decorrente de exportações incentivadas e 25% sobre a parcela não incentivada.

28.1 Imposto de renda a pagar

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Saldo do início do exercício	-	6.571	84	6.657
Provisões do período	50.865	75.636	50.838	81.290
Pagamentos	-	-	47	(5.656)
Compensação com créditos de PIS e COFINS	-	(19.866)	-	(19.866)
Compensação do saldo negativo de declaração de anos anteriores	(50.865)	(62.341)	(50.865)	(62.341)
Saldo do final do exercício	-	-	104	84

28.2 Imposto de renda diferido

A Companhia possui imposto de renda diferido registrado no ativo não circulante constituído sobre provisões temporariamente não dedutíveis pelas alíquotas de 18% e 25%, de acordo com a aplicação de cada provisão como ajuste do lucro decorrente de exportações incentivadas ou ajuste do lucro real, respectivamente. A realização destes ativos ocorrerá de acordo com a expectativa de retomada das operações da Companhia e a consequente geração de lucros tributáveis previstos em anos futuros. De acordo com a expectativa de retomada das atividades operacionais da Companhia (Nota 1b), foi realizada uma análise referente a realização do imposto de renda diferido constituído até 2017. E, por entender que os lucros fiscais futuros e passíveis de tributação a alíquota de 25% não serão suficientes para suportar a utilização

do imposto de renda diferido decorrente da Provisão para recuperação socioambiental e socioeconômica e do prejuízo fiscal, a Companhia optou por não efetivar o reconhecimento contábil do imposto de renda diferido sobre as respectivas rúbricas.

28.3 Imposto de renda diferido sobre os itens não monetários

As demonstrações financeiras foram convertidas da moeda funcional Dólar norte-americano (US\$) para o Real (R\$), que é a moeda de apresentação, enquanto a base de cálculo do imposto de renda sobre ativos e passivos é determinada na moeda Real (R\$). Dessa forma, a flutuação na taxa pode ter um efeito significativo no valor das despesas de imposto de renda, principalmente sobre os ativos não monetários.

Imposto de renda diferido, líquido:

	NOTA	2017			2016		
		25%	18%	Total	25%	18%	Total
Valores constituídos pela alíquota de:							
Provisão para perdas sobre ICMS – ES	8	373.088	-	373.088	374.850	-	374.850
Provisão para baixa de ativo Imobilizado	12	-	-	-	53.918	-	53.918
Provisão para ações cíveis	19	14.469	-	14.469	37.153	-	37.153
Provisão para ações tributárias	19	13.384	414	13.798	15.893	545	16.438
Provisão para ações Trabalhistas	19	15.392	-	15.392	19.681	-	19.681
Provisão para ações ambientais	19	504	-	504	465	-	465
Provisão para direitos minerários	20	28.055	-	28.055	28.055	-	28.055
Provisão recuperação socioambiental e socioeconômica	20	1.353.212	-	1.353.212	1.802.778	-	1.802.778
Redução ao valor de recuperação do ativo de imposto de renda diferido da Provisão de recuperação socioambiental e socioeconômica		(1.353.212)	-	(1.353.212)	(1.802.778)	-	(1.802.778)
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	20	45.717	-	45.717	38.038	-	38.038
Prejuízo fiscal		1.928.707	-	1.928.707	1.233.411	-	1.233.411
Redução ao valor de recuperação do ativo de imposto de renda diferido do Prejuízo Fiscal		(1.928.707)	-	(1.928.707)	(1.233.411)	-	(1.233.411)
Outras		46.428	-	46.428	29.801	-	29.801
Total ativo consolidado		537.037	414	537.451	597.854	545	598.399
Conversão – diferença de moeda funcional		-	(1.258.782)	(1.258.782)	-	(1.230.442)	(1.230.442)
Depreciação fiscal		-	(763.158)	(763.158)	-	(594.168)	(594.168)
Receita financeira sobre depósito judiciais		(112.716)	-	(112.716)	(80.258)	-	(80.258)
Total passivo consolidado		(112.716)	(2.021.940)	(2.134.656)	(80.258)	(1.824.610)	(1.904.868)
Total líquido consolidado		424.321	(2.021.526)	(1.597.205)	517.596	(1.824.065)	(1.306.469)
Provisões registradas nas controladas		(105)	-	(105)	(113)	-	(113)
Total líquido controladora		424.216	(2.021.526)	(1.597.310)	517.483	(1.824.065)	(1.306.582)

A expectativa de realização do imposto de renda diferido encontra-se detalhada abaixo:

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 8 anos	De 8 a 10 anos	Mais de 10 anos	Total 2017
Provisão para perdas sobre ICMS - ES e MG	-	-	-	-	-	373.088	373.088
Provisão para ações cíveis	28	13.439	-	-	1.002	-	14.469
Provisão para ações tributários	-	-	-	11.145	-	2.653	13.798
Provisão para ações trabalhistas	2.484	4.160	8.694	54	-	-	15.392
Provisão para ações ambientais	407	97	-	-	-	-	504
Provisão para direitos minerários	28.055	-	-	-	-	-	28.055
Provisão com obrigação para desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	45.717	45.717
Conversão – diferença de moeda funcional	-	-	-	-	-	(1.258.782)	(1.258.782)
Depreciação fiscal	-	-	-	(763.158)	-	-	(763.158)
Outros	(66.288)	-	-	-	-	-	(66.288)
Total consolidado	(35.314)	17.696	8.694	(751.959)	1.002	(837.324)	(1.597.205)
Provisões nas controladas	(105)	-	-	-	-	-	(105)
Total controladora	(35.419)	17.696	8.694	(751.959)	1.002	(837.324)	(1.597.310)

28.4 Imposto de renda no resultado

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda	(7.367.049)	(675.457)	(7.366.971)	(669.803)
Diferença de moeda funcional - art.62 da Lei 12.973/2014	(180.035)	1.801.612	(180.035)	1.801.612
Lucro (prejuízo) líquido tributável	(7.547.084)	1.126.155	(7.547.006)	1.131.809
Diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	(610)	11.228	-	-
Lucros auferidos no exterior	373	182	373	182
Multas fiscais não dedutíveis	13.940	817	13.940	817
Doações não dedutíveis	1.768	4.500	1.768	4.500
Outras adições (exclusões) permanentes	(584)	(635)	(1.269)	4.939
Diferenças temporárias:				
Adição da Provisão para Recuperação Socioambiental e Socioeconômica (evento da barragem)	5.322.811	(2.316.203)	5.322.811	(2.316.203)
Provisão para baixa de ativos imobilizado	(215.672)	(1.145)	(215.672)	(1.145)
Depreciação Fiscal	(675.319)	(762.681)	(675.319)	(762.681)
Rendimentos s/ Dep. Judiciais	(129.834)	(163.873)	(129.834)	(163.873)
Outras adições (exclusões) temporárias	(28.638)	(64.718)	(28.638)	(64.718)
Lucro (prejuízo) fiscal	(3.258.849)	(2.166.373)	(3.258.846)	(2.166.373)
Alíquota nominal	25%	25%	25%	25%
Imposto de renda apurado	814.711	541.593	814.711	541.593
Imposto de renda diferido depreciação fiscal	(168.830)	(190.670)	(168.830)	(190.670)
Imposto de renda diferido rendimentos Dep.Judiciais	(32.459)	(40.968)	(32.459)	(40.968)
Imposto de renda diferido depreciação adições (exclusões) temporárias	(61.152)	(61.122)	(61.153)	(61.122)
Imposto de renda das empresas do exterior	-	-	(77)	(5.654)
Ajuste imposto de renda diferido	-	(18.233)	-	(18.233)
Ajuste imposto de renda diferido das Adições temporárias	-	(1.802.778)	-	(1.802.778)
Ajuste imposto de renda diferido do prejuízo fiscal	-	(1.233.411)	-	(1.233.411)
Provisão para perda de prejuízo fiscal	(814.711)	(541.593)	(814.711)	(541.593)
Imposto de renda diferido de conversão	(28.340)	660.697	(28.340)	660.697
Imposto de renda no resultado	(290.781)	(2.686.485)	(290.859)	(2.692.139)

A seguir, apresentamos a composição da receita (despesa) de imposto de renda segregado entre corrente e diferido:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda corrente	814.711	541.593	814.633	535.939
Provisão para perda Prejuízo fiscal	(814.711)	(541.593)	(814.711)	(541.593)
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias	(262.441)	(3.347.182)	(262.441)	(3.347.182)
Imposto de renda diferido sobre itens não monetários	(28.340)	660.697	(28.340)	660.697
Despesas de imposto de renda diferido e corrente	(290.781)	(2.686.485)	(290.859)	(2.692.139)

29. COMPROMISSOS (*commitments*)

A Companhia possui contratos de longo prazo para o fornecimento de matéria-prima, serviços e compras de imobilizado, conforme mostra a tabela a seguir:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 2017
Gastos de capital para ampliação e renovação de imobilizado	7.068	-	-	-	-	7.068
Serviços e outros	832.693	215.771	92.849	39.448	213	1.180.974
Aquisição de minério de ferro	-	-	171.214	509.847	650.432	1.331.493
Fornecimento de energia e matéria-prima	485.671	174.727	411.486	816.711	101.349	1.989.944
Custos de fretamento e logística	11.176	-	-	-	-	11.176
	1.336.608	390.498	675.549	1.366.006	751.994	4.520.655

Os *commitments* demonstram os compromissos que a Samarco possui que são as obrigações contratuais de longo prazo com os fornecedores para renovação e ampliação de ativo fixo, bem como para a prestação de serviços diversos objetivando a manutenção das unidades fabris e administrativas, aquisição de minério de ferro junto a terceiros, fornecimento de energia e insumos, assim como custos de fretamento com embarques.

Devido ao rompimento da barragem de Fundão, a Companhia realizou algumas ações em relação aos seus *commitments* conforme descrito na Nota 3.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

30.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia possui instrumentos financeiros inerentes às suas operações, representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a máxima liquidez, rentabilidade e segurança possíveis.

Em caso de contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, a gestão financeira é tam-

bém realizada mediante análise da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.) e das políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia, sempre aprovadas por seu Comitê de Finanças.

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco.

30.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme abaixo:

	CLASSIFICAÇÃO
Ativos	
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis
Aplicações financeiras em caixa restrito	Empréstimos e recebíveis
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis
Passivos	
Fornecedores	Passivos mensurados pelo custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivos mensurados pelo custo amortizado

Os ativos financeiros são representados por:

(a) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Caixas e equivalentes de caixa	55.568	47.712	57.473	57.652
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.130	235	1.130	256
	56.698	47.947	58.603	57.908

- Caixas e equivalentes de caixa
Bancos - Disponibilidades em contas correntes no Brasil e exterior.

Aplicações financeiras disponíveis - Recursos financeiros aplicados em produtos bancários conservadores e de alta liquidez.

- Aplicações financeiras em caixa restrito – recursos financeiros bloqueados em função de processo judicial associado ao rompimento da barragem de Fundão conforme descrito na Nota 3(a), e recursos mantidos e aplicados em contas bancárias específicas ("collection account") vinculadas a alguns empréstimos e financiamentos bancários.

(b) Contas a receber

Recursos a serem recebidos pela Companhia, cujo saldo contábil representa o valor de mercado.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Contas a receber	17.143	16.482	15.813	9.289

(c) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são representados por empréstimos e financiamentos. Referem-se a operações de captação de recursos usualmente destinadas a dar suporte às operações rotineiras e investimentos.

A distribuição geográfica por região dos empréstimos e financiamentos da Companhia está representada conforme tabela a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Brasil	17,52%	7,94%
Estados Unidos da América	71,89%	80,23%
Japão	10,59%	11,83%

30.3 Fatores de risco financeiro

As atividades regulares da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de mercado (incluindo risco de preço, risco de taxa de juros e risco de taxa de câmbio) e risco de liquidez, conforme segue:

(a) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia subordina-se às normas de crédito fixadas por sua Administração, que procuram minimizar os eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. A Companhia realiza anualmente análises de crédito de seus clientes, objetivando mitigar riscos de não recebimento das vendas em aberto e aquelas a serem realizadas. A condição de pagamento de clientes também é avaliada na análise de crédito. Atualmente, a Companhia disponibiliza aos seus clientes as seguintes condições de pagamento: carta de crédito e cobrança à vista ou a prazo com crédito em conta corrente.

A receita bruta de vendas foi de R\$ 85.177 em 2017 (R\$ 210.891 em 2016), enquanto as perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa constituídas em 2017 foram de R\$ 24.140 (R\$ 29.498 em 2016), no Consolidado.

A exposição ao risco de crédito dos recebíveis está distribuída conforme tabela abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	2017	2016
Oriente Médio / África	9,0%	-
China	-	73%
Ásia (exceto China)	35,4%	23%
Américas	55,6%	4%

(b) Risco de mercado

(i) Risco de preço

O preço das pelotas de minério de ferro, principal produto da Companhia, é estabelecido por meio de negociações periódicas (principalmente trimestrais e mensais) com os seus clientes. O nível de preços negociado sofre impacto direto da demanda e oferta mundiais de minério de ferro.

(ii) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas sofrerem impactos inesperados em função da oscilação das taxas de juros incidentes sobre ativos e passivos financeiros, bem como da inflação. A maior parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 é estabelecida em Dólares norte-americanos. Do total dos empréstimos e financiamentos R\$ 7.378 milhões são relacionados a taxas fixas e R\$ 7.798 milhões a taxas flutuantes, sendo estas correspondentes majoritariamente à variação da LIBOR acrescida de "spread" contratual. A Companhia não possui proteção para a variação da LIBOR, em conformidade com suas diretrizes internas e de seus acionistas. O risco de taxa de juros decorre também de pequena parcela da dívida referenciada ao IGP-DI e de aplicações financeiras referenciadas a Selic.

(iii) Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras (moedas diferentes da moeda funcional) utilizadas pela Companhia para aquisição de insumos e/ou serviços nacionais, pagamento de tributos, dividendos e outros. A Companhia possui os seguintes ativos e passivos, em Reais, que podem exercer influência, sobre o resultado da mesma, pela variação da taxa de câmbio:

(a) Exposição do ativo

Ativo circulante	CONSOLIDADO	
	2017	2016
Caixas e equivalentes de caixa	1.439	1.252
Aplicações financeiras em caixa restrito	224	256
Contas a receber no país	21.649	24.682
Tributos a recuperar	85.874	112.364
Despesas antecipadas	11.517	2.168
Outros ativos	39.115	26.881
Ativo não circulante		
Depósitos judiciais	1.772.305	1.654.766
Tributos a recuperar	76.688	76.902
Imposto de renda diferido	-	1.729.719
Outros ativos	62.441	68.036
	2.071.252	3.697.026

(b) Exposição do passivo

Passivo circulante	CONSOLIDADO	
	2017	2016
Fornecedores	(41.816)	(285.036)
Empréstimos, financiamentos e encargos	(2.713.441)	(1.066.000)
Salários e contribuições sociais	(21.410)	(30.958)
Tributos a recolher	(169.966)	(86.211)
Provisão para imposto de renda	-	(84)
Dividendos	-	-
Provisões diversas	(1.738.352)	(1.636.058)
Outros passivos	(31.677)	(34.156)
Passivo não circulante		
Empréstimos, financiamentos e encargos	-	(8.818)
Provisões para contingências	(123.456)	(246.729)
Imposto de renda diferido	(1.597.310)	-
Dividendos	(2.805.548)	(2.805.548)
Provisões diversas	(9.979.503)	(6.008.675)
Outros passivos	(1.852.721)	(754.440)
	(21.075.200)	(12.962.713)

(c) Exposição não registrada no balanço:

	2017	2016
Ações tributárias		
Expectativa de perda remota	(2.021.501)	(2.164.877)
Expectativa de perda possível	(11.642.434)	(9.554.283)
Ações trabalhistas		
Expectativa de perda remota	(7.356)	(11.939)
Expectativa de perda possível	(199.529)	(59.085)
Ações cíveis		
Expectativa de perda remota	(7.181)	(4.845)
Expectativa de perda possível	(936.994)	(74.470)
Ações ambientais		
Expectativa de perda remota	(2.207)	(57)
Expectativa de perda possível	(1.001.884)	(16.250)
Resumo da exposição de taxa de câmbio		
Exposição registrada no balanço (a + b)	(19.003.948)	(9.265.687)
Exposição não registrada no balanço (c)	(15.819.086)	(11.885.806)
Exposição líquida total	(34.823.034)	(21.151.493)

A Companhia não realiza operações financeiras de proteção aos seus ativos e passivos em Reais, em conformidade com suas diretrizes internas. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data da elaboração das demonstrações financeiras, sendo US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,3074 em 31 de dezembro de 2017 e US\$ 1,00 equivalente a R\$ 3,2585 em 31 de dezembro de 2016.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na probabilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações nos prazos devidos.

A Administração da Companhia tem enfrentado desafios em sua gestão de risco de liquidez, em decorrência da suspensão de suas operações produtivas após o rompimento da barragem de rejeitos de Fundão, como, por exemplo, o não cumprimento de certas obrigações presentes em seus contratos de empréstimos e financiamentos. A liquidez da Companhia em 2017 foi suportada pelos seus Acionistas, via emissão de debêntures privadas não conversíveis, como detalhado na Nota 15.

Além disso, de acordo com os termos estabelecidos no TTAC, na medida em que a Samarco não cumpra suas obrigações financeiras, cada um de seus acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil o fará, conforme suas participações de 50% cada no capital social da Samarco.

Os valores contábeis dos fluxos de caixa dos passivos financeiros são:

	CONSOLIDADO		
	2017		
	Valor	Até 12 meses	1 – 10 anos
Fornecedores	42.825	25.056	17.769
Empréstimos e financiamentos	15.176.001	15.176.001	-
Encargos financeiros a pagar	1.005.279	1.005.279	-

O valor dos fluxos de caixa não descontados contratados está demonstrado assim:

Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	2017		2018
			0 – 6 meses	6 – 12 meses	
Fornecedores	42.825	42.825	348	24.708	17.769
Empréstimos e financiamentos	15.176.001	15.176.001	15.176.001	-	-
Encargos financeiros	1.005.279	1.005.279	1.005.279	-	-
Total	16.224.105	16.224.105	16.181.628	24.708	17.769

30.4 Garantias bancárias

Conforme demonstrado no quadro abaixo, a Companhia possui operações de fiança bancária emitidas por prazo indeterminado, em sua maioria para garantia de suspensão de exigibilidade de processos de execução fiscal no montante total, atualizado em 31 de dezembro de 2017, de R\$ 2.149.570 (31 de dezembro de 2016 R\$ 2.072.005). O montante total originalmente contratado é de R\$ 1.080.468.

Banco	Valor contratado	Valor atualizado	Indexador	Prazo
Bradesco	607.850	1.078.061	Selic	Indeterminado
Bradesco	27.956	45.151	VRTE	Indeterminado
Votorantim	100.948	411.094	Selic	Indeterminado
Itaú	276.052	532.666	Selic	Indeterminado
Itaú	67.662	82.598	IPCA-E	Indeterminado
Total	1.080.468	2.149.570		

30.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a liquidez, gerenciando o custo do capital de forma a minimizá-lo, e, ao mesmo tempo, oferecer retorno sustentável e adequado aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração usualmente monitora seu nível de endividamento, alinhado à sua política de dividendos, que, por sua vez, segue as diretrizes dos acionistas.

A Companhia monitora e gerencia os níveis de alavancagem financeira de acordo com os padrões de mercado, sua estratégia e o cumprimento de índices financeiros previstos em contratos de empréstimos e financiamentos na forma de *financial covenants* (*Net Debt*/EBITDA). O

Net Debt/EBITDA é um índice que corresponde à dívida líquida em comparação com a geração de caixa da Companhia, medida pelo EBITDA. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

Em 2017, com a paralisação de suas atividades operacionais, a Companhia não conseguiu cumprir o limite do *Net Debt*/EBITDA de 4:1 em seus contratos financeiros.

Adicionalmente, demonstramos o cálculo do índice de alavancagem financeira considerando a dívida líquida como um percentual do capital total. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida como abaixo:

	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos	16.181.280	13.747.417
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em caixa restrito	(56.698)	(57.908)
Dívida líquida	16.124.582	13.689.509
Total do patrimônio líquido	(14.602.995)	(6.922.006)
Total do capital	1.521.587	6.767.503
Índice de alavancagem financeira	1060%	202%

Em condições normais, a análise dos referidos indicadores, suporta o processo de gestão de capital de giro, de forma a manter o grau de alavancagem da Companhia em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera adequado.

30.6 Hierarquia de valor justo

A Companhia considera “valor justo” como o preço que seria obtido na venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes do mercado na data da mensuração (preço de saída). A Companhia utiliza os dados de mercado ou de premissas que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo premissas acerca de riscos e os riscos inerentes aos inputs utilizados na técnica de avaliação. A Companhia aplica principalmente a abordagem de mercado para recorrer à mensuração do valor justo e se esforça para utilizar a melhor informação disponível. Consequentemente, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de inputs observáveis e minimiza o uso de inputs não observáveis. A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo com base nos inputs observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os inputs utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são os seguintes:

- **Nível 1** . Mercado ativo: preço cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associações de mercado por entidades que visam ter preços divulgados por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2** . Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente o mesmo, uma análise de fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isenta de outros interesses e motivada por considerações comerciais.

- **Nível 3** . Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio - Valor justo de investimentos em ações/participações acionárias ou patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivativos que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações/participações não negociadas.

	Saldo em 2017	Hierarquia de valor justo		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	57.473	57.473	-	-
Aplicações financeiras em caixa restrito	1.130	1.130	-	-

30.7 Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras em caixa restrito, contas a receber, contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão vinculados à variação da Libor para financiamentos de longo prazo e do IGP-DI para operações no país.

Com o intuito de identificar a sensibilidade do indexador, nas dívidas de natureza de longo prazo, ao qual a Companhia estava exposta em 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes, de forma a abranger o período dos 12 meses seguintes. Com base no índice acumulado de IGP-DI e na taxa Libor válida para 12 meses, vigentes em 31 de dezembro de 2017, a Companhia definiu um cenário provável e outros dois cenários adicionais, a partir do primeiro - cenários II e III, com elevação de 25% e 50%, respectivamente.

	Risco	Cenário provável I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos no exterior	Libor	1,3177% a.a.	1,6471% a.a.	1,9765% a.a.
Juros em 31 de dezembro de 2017		98.319	122.898	147.478
Empréstimos e financiamentos no país	IGP-DI	-0,4231%	-0,5289%	-0,6347%
Juros em 31 de dezembro de 2017		-	-	-

Em 31 de dezembro de 2017, o índice acumulado de IGP-DI foi negativo, portanto, as simulações não calcularam valores de juros a pagar.

A simulação considera os saldos das respectivas dívidas (em dólar e em moeda local) em 31 de dezembro de 2017 com repagamento apenas no final do período.

De forma a identificar a sensibilidade de variações decorrentes de moeda estrangeira às quais a Compa-

nhia estava exposta em 31 de dezembro de 2017, foram definidos três cenários diferentes para as contas ativo e passivo, sendo que os cenários II e III contemplam redução da taxa cambial de 25% e 50%, respectivamente, a partir do primeiro, denominado cenário provável I.

Passivo financeiro	Exposição (R\$)	Cenário provável I (US\$)	Cenário II (US\$)	Cenário III (US\$)
Taxa cambial - (Risco - R\$/US\$)	-	3,3074	2,4806	1,6537
Total ativo	2.071.252	626.248	834.998	1.252.496
Total passivo	(21.075.200)	(6.372.135)	(8.496.009)	(12.744.270)
Exposição líquida em Reais registrada no balanço	(19.003.948)	(5.745.887)	(7.661.011)	(11.491.774)

31. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros pode ser avaliada com base nos indicadores de classificação de crédito (se houver) e/ou nas informações históricas das contrapartes em relação à Companhia, no que se refere, especificamente, ao tempo de relacionamento e nível de inadimplência.

31.1 Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Conta corrente e depósitos bancários de curto prazo				
Grau de Investimento (<i>Investment Grade</i>)	55.568	47.712	57.473	57.652
Abaixo de Grau de Investimento (<i>Non-Investment Grade</i>)	-	-	-	-
	55.568	47.712	57.473	57.652

Foram incluídas nessa categoria contas correntes e aplicações financeiras em bancos.

31.2 Contas a receber de clientes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Contrapartes com Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grau de Investimento (<i>Investment Grade</i>)	-	4.888	7	4.888
Abaixo de Grau de Investimento (<i>Non-Investment Grade</i>)	-	13	-	13
Contrapartes sem Classificação Externa de Crédito (S&P)				
Grupo 1 – clientes com até 5 anos de relacionamento	1.362	6.862	1.371	-
Grupo 2 – clientes com mais de 5 anos sem histórico de inadimplência	10.235	92	10.235	92
Grupo 3 – clientes com mais de 5 anos com baixo histórico de inadimplência	6.691	8.129	6.691	9.125
Grupo 4 – clientes no país e que não são de minério de ferro	21.649	24.669	21.649	24.669
Transferência de estoque entre empresas do mesmo grupo econômico	-	-	-	-
	39.937	44.653	39.953	38.787

32. COBERTURA DE SEGUROS

A fim de mitigar parcialmente os riscos e considerando a natureza de suas operações, a Companhia mantém sob contrato diversas modalidades de apólices de seguro. As apólices estão em linha com a política de gestão de riscos, as diretrizes de seus comitês de gestão e são semelhantes às apólices contratadas por outras empresas na mesma linha de negócios da Samarco. As coberturas dessas apólices incluem: seguro de vida

e de acidentes pessoais, frota de veículos, seguros de responsabilidade civil, riscos diversos, garantias e outros.

A política de Responsabilidade Civil foi renovada até 11 de abril de 2019 com a eliminação da cobertura por (i) poluição súbita e (ii) barragens, em razão do incidente ocorrido e encontra-se em processo de renovação com o mercado segurador.

Foi contratado em 2017 o seguro de garantia pecuniária que tem por finalidade atender aos termos do TAC – Termo de ajustamento e conduta com o Ministério Público em sua 12ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG com o objetivo de garantir o pagamento de valor correspondente aos depósitos em juízo que o Tomador necessite realizar em virtude do inadimplemento das obrigações de custeio e financiamento dos Programas de Reparação Socioambiental e Socioeconômica dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, nos autos da Ação Civil Pública nº0069758-61.2015.4.01.3400 (“Ação”), em trâmite perante o Segurado, movida pela União Federal, Agência Estadual de Recursos Hídricos - AGERH, Agência Nacional de Águas - ANA, Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, Estado de Minas Gerais, Estado do Espírito Santo, Fundação Estadual de Meio Ambiente - FEAM, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Instituto Estadual de Florestas - IEF, Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em face do Tomador e outros. Pagamentos de indenização pela Seguradora ocorrerão em igualdade de condições com outras apólices de seguro apresentadas nos autos da Ação.

Além disso, a Samarco mantém uma apólice de seguro de responsabilidade global com cobertura para diretores e administradores, com vigência até 10 de março de 2019. Este seguro cobre os membros do conselho de administração, diretoria, conselho fiscal e qualquer outro órgão mencionado no estatuto social, bem como determinados empregados nos níveis de administração e estratégicos, tanto na Companhia como em suas controladoras (coletivamente denominadas “Seguradas”). A apólice cobre perdas financeiras resultantes de reclamações contra o segurado por atos e omissões no exercício de suas funções de contratação. Abrange também os acordos previamente autorizados pela seguradora com a finalidade de encerrar ações judiciais ou administrativas e cobertura para pagamento de custos de defesa do segurado, se e quando incorridos.

O seguro de riscos operacionais encontra-se ainda suspenso de contratação devido a interrupção temporária de nossas atividades operacionais, entretanto, a Companhia mantém o relacionamento com o mercado no que diz respeito ao seguro patrimonial, para que

tão logo tenhamos as autorizações necessárias para a retomada operacional, possamos restabelecer a contratação do seguro para nossas atividades.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre o encerramento do exercício – 31 de dezembro de 2017 e a data de autorização para a conclusão e emissão destas demonstrações, ocorreram os seguintes eventos:

- a) Conforme detalhado na nota 1, em 25 de junho de 2018, foi celebrado um Termo de Ajustamento de Conduta (Acordo) Samarco, suas acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil, e as seguintes instituições: Ministério Público (Federal e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), Defensorias Públicas, bem como Advocacias Públicas (da União e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo). O Acordo prevê, dentre outras questões, inovações na governança da Fundação Renova para assegurar a maior participação das pessoas atingidas e o estabelecimento de um processo de negociação visando à eventual repactuação dos programas destinados à reparação das consequências decorrentes do rompimento da barragem de Fundão.
- b) A Samarco foi citada em 23 de agosto de 2018 e apresentou defesa na Medida Cautelar Fiscal nº 0021378-63.2018.4.01.3800 ajuizada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional relacionados a contingências de tributos Federais classificadas como possíveis e remotas nessas Demonstrações Financeiras. Ouvida a Samarco, o juízo competente proferiu decisão suspendendo os efeitos da liminar. Os débitos objeto da referida Medida Cautelar estão com exigibilidade suspensa por decorrência de lei, ou por já estarem garantidos em juízo. O processo corre em segredo de justiça.



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**Membros efetivos**

Silmar Magalhães Silva

Paulo Fernando Teixeira Souto de Souza

David James Crawford

Ivan Fadel

Suplentes

Lucio Cavalli

Sérgio Consoli Fernandes

Juan Merlini

DIRETORIA

Rodrigo Alvarenga Vilela

Diretor-presidente e Diretor de Operações e Infraestrutura

Laurinho José da Silva

Diretor de Recursos Humanos e Administração

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Lucas Brandão Filho

Contador - CRC-MG 046442/O – TES

